

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Votação histórica aprova criação de Tribunal Federal no Paraná

TRF da 6ª Região, uma luta de 20 anos,
terá sede em Curitiba e
atenderá também os estados
de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul

Um pleito paranaense de mais de duas décadas finalmente vai se tornar realidade: a Câmara dos Deputados aprovou ontem a Proposta de Emenda Constitucional que permite a instalação de um Tribunal Regional Federal no Paraná e em mais três estados: Minas Gerais, Bahia e Amazonas. O projeto tramitou no Congresso por dez anos até sua aprovação final. O TRF da 6ª Região terá sede em Curitiba e jurisdição nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

NOSSA OPINIÃO

**“É hora de não
deixar morrer o
impulso que uniu
forças políticas e
da sociedade
civil em torno
dessa causa
paranista.”**

Após 20 anos, Paraná conquista sede de Tribunal Regional Federal

Proposta dá seis meses, após a promulgação da emenda, para tribunal ser oficializado. Minas Gerais, Bahia e Amazonas também terão novas cortes.

Guilherme Voitch

Após tramitar por mais de uma década no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 544/02, que prevê a criação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná e em mais três estados — Minas Gerais, Bahia e Amazonas — foi aprovada ontem pelo plenário da Câmara dos Deputados em segunda votação. Agora, a nova regra segue para promulgação do Congresso.

Na votação de ontem, a PEC recebeu 371 votos favoráveis e 54 contra — tiveram seis absenções. A aprovação marca a vitória de uma causa paranaense, encampada pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho e pela *Gazeta do Povo* há mais de vinte anos.

A proposta dá seis meses, após a promulgação da emenda, para a formalização dos tribunais. Segundo a proposta,

o Tribunal Regional Federal da 6.^a Região terá sede em Curitiba e receberá ações que tramitam na segunda instância da Justiça Federal dos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

O Tribunal Regional Federal da 7.^a Região terá sede em Belo Horizonte e jurisdição em Minas Gerais. O Tribunal Regional da 8.^a Região, por sua vez, terá sede em Salvador e jurisdição na Bahia. O Tribunal Regional Federal da 9.^a Região terá sede em Manaus e jurisdição no Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Debate

Apesar da vitória folgada da PEC — eram necessários 308 votos para a proposta ser aprovada —, a sessão, presidida pelo vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), foi tensa. O líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e o PSol recomendaram votos contrários ao texto. O PMDB, PT, PSB e PDT liberaram suas bancadas. Os demais partidos e blocos indicaram o voto favorável à PEC.

Logo no início dos trabalhos, o deputado José Genoíno (PT-SP) levantou uma questão de ordem. O parlamentar entendia que a proposta tinha sofrido alterações na Câmara e que, portanto, deveria voltar ao Senado. Vargas rejeitou o pedido, amparado por uma consulta à assessoria jurídica

da Casa. O entendimento da Câmara era de que foram feitas apenas mudanças na redação do substitutivo, que não promoviam qualquer mudança no mérito da proposta.

Na sequência, os parlamentares se revezaram com discursos favoráveis e contrários à PEC. O deputado Cláudio Puty (PT-PA) apresentou uma série de requerimentos, tentando obstruir a votação. Puty fez objeções quanto à constitucionalidade e ao mérito da PEC. Ele lembrou da manifestação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa (veja mais nesta página), contrário a criação dos TRFs pelo Legislativo, e defendeu a votação de uma outra proposta sobre o tema, tramitando no Senado e beneficiando também seu estado, o Pará. “É preciso tempo para amadurecer essa questão. Tem vários problemas relacionados com essa PEC. Não vejo motivos para votar a proposta com esse açodamento.”

Coube ao deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR) responder a Puty. “Não existe açodamento nenhum. Essa é uma PEC de 2002. A constitucionalidade foi discutida na CCJ e em 1.^a votação. Não tem sentido recuarmos nessa questão agora.” Além de Sciarra, os deputados Rubens Bueno (PPS) e Abelardo Lupion (DEM) discursaram de forma favorável à PEC.

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

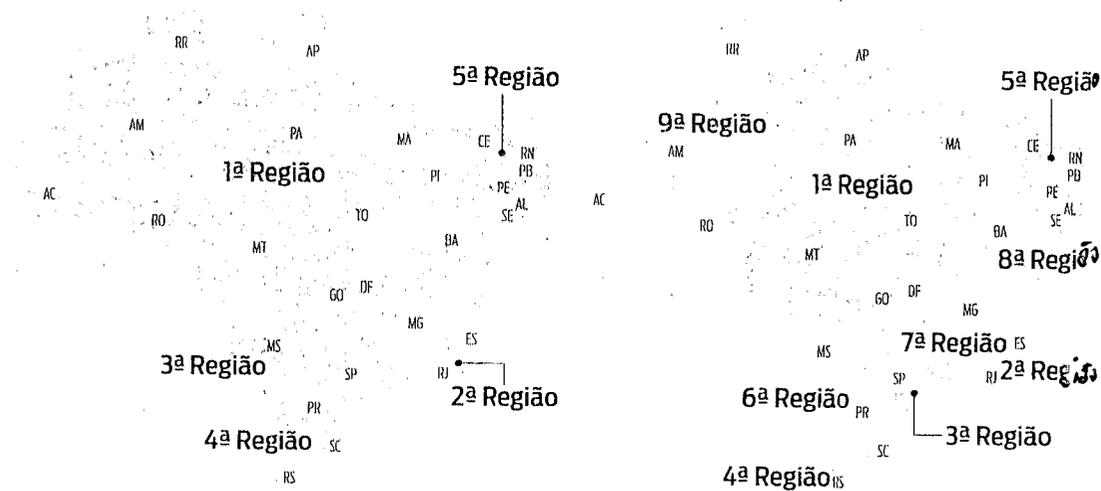
DIVISÃO

CONTINUAÇÃO

Veja qual é a área de abrangência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) hoje e como fica com a aprovação da PEC 544/2002:

Distribuição atual

Distribuição com a PEC



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

“Não existe açodamento. Essa é uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional] de 2002. Não tem sentido recuarmos nessa questão agora.”

Eduardo Sciarra (PSD-PR), rebatendo críticas à criação de novos tribunais federais.

4
TRFs

serão criados com a aprovação da PEC 544/02.

2002

foi quando começou a tramitar no Congresso a PEC que prevê a criação de quatro TRFs no país.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Barbosa enviou
documento
contrário
ao projeto

04 ABR 2013

Antes da aprovação da PEC 544/02, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, enviou ofícios aos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), dizendo-se “extremamente preocupado” com a possibilidade da matéria ser aprovada. No documento, Barbosa, cuja posição contrária já era conhecida, afirma que não é criando cortes que se resolverá o problema de excesso de trabalho. Para o presidente do STF, “a ampliação gigantesca da estrutura pública implicará enormes custos permanentes e sempre crescentes ao erário”.

“Serão necessários dispendios, por exemplo, como ativos permanentes de expressiva monta, sua manutenção, materiais de uso e de consumo, bem como com a folha de pagamento dos respectivos membros e servidores, aos quais deverão ser acrescidos os gastos com a criação de cargos dentro de outras carreiras jurídicas imprescindíveis à prestação jurisdicional, tais como membros do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Defensoria-Geral da União”, diz o ofício.

O presidente do Supremo apresenta também dados estatísticos do CNJ, para confirmar que os principais pontos de “sobrecarga e gargalo processual estão na primeira instância federal”, e não nos tribunais.

“Os pontos de bloqueio do sistema estão longe de localizar-se com exclusividade na esfera dos Tribunais Regionais Federais”, afirma. Segundo ele, os tribunais regionais foram criados para refletir “em sua composição e abrangência, o posicionamento político de apenas um estado membro da federação”, não fazendo sentido tribunais exclusivos para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Exterior

Joaquim Barbosa também cita o exemplo dos Estados Unidos e da Alemanha, “dois importantíssimos Estados de feição igualmente federativa como o nosso”, para dizer que nesses países “o número de magistrados federais é, em regra, bem reduzido, expresso em quantitativos globais infinitamente inferiores aos dos seus homólogos estaduais, de modo a reforçar a natureza especialíssima das suas atribuições constitucionais”.

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

TRF no Paraná, vitória paranista

É hora de não deixar morrer o impulso que uniu forças políticas e da sociedade civil em torno dessa causa paranista. Nosso estado dependerá dessa aglutinação de forças para vencer diversas outras batalhas

O plenário, da Câmara dos Deputados deu, ontem, sua aprovação definitiva à Proposta de Emenda Constitucional 544, que já havia passado pelo Senado e redistribuiu a Justiça Federal de segunda instância, criando quatro novos Tribunais Regionais Federais, um deles no Paraná. É o ponto culminante de uma luta paranista de duas décadas — iniciada pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho —, e que se mostrou mais relevante à medida que o aumento no volume de processos tornava mais urgente uma medida que deixasse a Justiça mais célere e próxima do cidadão. Minas Gerais, Bahia e Amazonas são os outros estados que serão contemplados com um TRF, mas a redistribuição afetará todas as unidades da federação, à exceção de Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O placar até que folgado (347 votos a favor e 60 contra na primeira votação, e 371 a 54 ontem) pode enganar: essa não foi uma campanha fácil. Na sessão de ontem, houve tentativas de levar o assunto de volta ao Senado (onde a PEC já tinha sido aprovada em 2002) e de adiar a votação. A bancada gaúcha, por exemplo, se uniu em defesa do TRF da 4.^a Região, sediado em Porto Alegre e que hoje engloba os três estados do Sul. No entanto, faltou aos deputados daquele estado a percepção de que, se por um lado o TRF4 perde abrangência, ganha uma redução dos processos que beneficiará a população do Rio Grande do Sul.

Do lado oposto da questão, os deputados paranaenses souberam imitar os pares gaúchos na sua virtude, a união: colocaram de lado as diferenças partidárias e formaram um bloco coeso em defesa da PEC 544. E não apenas os parlamentares, mas também governo do estado, paranaenses que integram o governo federal, e entidades da sociedade civil organizada, como a OAB, o Movimento Pró-Paraná, a Associação dos Juizes Federais do Paraná, federações e entidades que integram o G7 (Fecomércio, Fecopar, Fiep, ACP, Faciap, Faep e Fetranspar) e esta *Gazeta do Povo*, entre tantas outras instituições.

As objeções à criação de novos TRFs, no entanto, não se resumem ao que poderia ser visto como bairrismo. Existe, por exemplo, a questão do dinheiro necessário ao estabelecimento dos novos tribunais — tanto em infraestrutura física quanto em pessoal, desde magistrados até assessores e demais funcionários. Essa é uma das preocupações do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, contrário à PEC 544. Mas os gastos seriam semelhantes aos exigidos pela simples criação de cargos de juizes de segunda instância com a distribuição atual de TRFs. O investimento é grande — relatório da frente parlamentar criada para defender os novos tribunais estima em R\$ 236 milhões os gastos anuais com salários e encargos trabalhistas —, e cabe à sociedade vigiar com atenção para que uma ótima iniciativa como essa não acabe transformada em fonte de desperdícios graças à falta de critérios na aplicação dos recursos.

O TRF no Paraná é uma vitória que merece comemoração, mas também é hora de não deixar morrer o impulso que uniu forças políticas e da sociedade civil em torno dessa causa paranista. Nosso estado dependerá dessa aglutinação de forças para vencer diversas outras batalhas, como a redefinição do mar territorial — adotando os padrões internacionais de linhas paralelas, em vez das linhas determinadas pelo IBGE na década de 80 que nos deixaram com um ínfimo “triângulo” — e a conquista de importantes obras de infraestrutura para o estado, como a nova ferrovia ligando o interior do Paraná ao Porto de Paranaguá. Colocando-nos acima de antagonismos políticos e mirando o bem do estado e de seus habitantes em primeiro lugar, todos só temos a ganhar.

» LONGA BATALHA

Luta pela aprovação de novo tribunal mobilizou a sociedade paranaense

A conquista de um TRF no Paraná é o resultado de uma causa de duas décadas, iniciada pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho e adotada com entusiasmo por numerosas instituições do estado. Veja como foi a cobertura do tema na **Gazeta do Povo** nos últimos anos.

Opinião

HORA DE RETOMAR A LUTA

É mais do que hora de nosso estado voltar a lutar por uma antiga e justa reivindicação: a criação de um Tribunal Federal no Paraná.

Antiga reivindicação dos paranaenses, a proposta de criação de um Tribunal Federal no Paraná está engavetada na Câmara dos Deputados. Desde 2003, o que por sinal, atesta a fraqueza crônica da nossa representação em Brasília, para não falar do desinteresse do governo do estado. Cu seja, novamente o Paraná é privado de seus legítimos interesses e não encontram defensores à altura de sua importância socioeconômica no cenário nacional.

É mais do que hora de prosseguir nesse combate que ainda não chegou a bom termo. E não se trata de simples devanço paranaense: há inquestionável necessidade de se ampliar o número de Tribunais Federais. Diante do turbilhão de ações

CONTINUA

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Nossa prioridade é apoiar a luta por um TRF no Paraná”

Anderson Burlan, presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), afirma que a criação de um TRF no Paraná é uma prioridade política.

União e André Otton

É o caso que pede um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná foi ogresso. Em sua primeira reunião como novo presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), para o biênio 2010-2011, nesta semana, o juiz federal Anderson Burlan definiu a prioridade da entidade e apoiar a criação de um Corte Federal no estado. Além

contra mais gastos com pessoal e obras. A sede da Apajufe é sediada no Paraná um edifício cedido pela administração pública e reformado pessoalmente. Tudo para tentar implantar um tribunal sem custos. Pelo isso, tentaremos levar a PEC à votação até agosto ou setembro, antes das eleições.

Desde o ano passado, com a Lei n.º 12.011, que criou 230 novas Varas Federais, diversos municípios paranaenses vêm se movimentando politicamente para receber as suas. A decisão



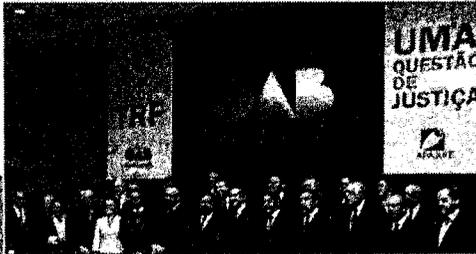
EXPECTATIVA

Paraná mais perto de ter um TRF

Montagem política pode, finalmente, trazer Tribunal Regional Federal (TRF) para o estado. Voto presidente da República já está. Alameda cinco ministros, em Brasília, que é favorável ao projeto.

Trabalhista

É o Paraná que a criação de um TRF no estado. O projeto de lei foi enviado ao TRF da 4ª Região, com voto favorável do ministro



Grupos de trabalho, com o ministro do Supremo Tribunal Federal, para a criação de um TRF no Paraná.

ALTERAÇÃO

Constituição de uma comissão para estudar a possibilidade de criação de um TRF no Paraná, com o voto favorável do ministro do Supremo Tribunal Federal.

COMO É

TRF da 1ª Região: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Recife, Salvador, São Paulo, Vitória.

TRF da 2ª Região: Brasília, Goiânia, Palmas, Teresina, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, São Paulo, Vitória.

TRF da 3ª Região: Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Recife, Salvador, São Paulo, Vitória.

TRF da 4ª Região: Curitiba, Florianópolis, Recife, Salvador, São Paulo, Vitória.

TRF da 5ª Região: Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Recife, Salvador, São Paulo, Vitória.

ORÇAMENTO DA UNIÃO

Cortes devem manter PEC dos Tribunais na gaveta

Criação de mais quatro TRFs encontra resistência na Câmara Federal, disposta a

paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB PR), Lucio Giomb, veio nesta semana para Brasília. Atualmente, ele se encontra com o vice-presidente do Conselho da Justiça Federal, Fêlix Fischer. Giomb quer checar o andamento do projeto de lei que prevê a criação de um TRF no Paraná.

do Brasil, o número de procuradores salta de 12.516 para 101.446 (711%) de 1989 a 2009. Já o total de juizes de todas as cortes regionais atinge, no mesmo período, de 74 para 139.878. Enquanto isso, a quantidade de magistrados de 1.º grau passou, nos mesmos 20 anos, de 277 para 1.966.009. A previsão do Tribunal de



Giomb: Campanha para o aumento do número de tribunais de segunda grau.

MAIS TRIBUNAIS

Confirma o que mudou com o aumento do número de TRF

MODELO ATUAL: Cinco tribunais, divididos por regiões, respondem pelas ações em segunda instância de todos os Estados e do Distrito Federal.

BRASILIA (2ª Região) - Minas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe, Tocantins.

NOVA DIVISÃO

CONTINUA

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TRF: antiga e sempre nova reivindicação

Marcos Domakaski

Não há como o país conviver com apenas quatro Tribunais Regionais. A Justiça está absolutamente sufocada em meio a processos

Acompanho, como ex-presidente e integrante do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná (ACP), a intensa movimentação da entidade, em inúmeros momentos, em defesa da instalação em Curitiba de unidade do Tribunal Regional Federal (TRF), em luta compartilhada por outras entidades, especialmente

Também é sempre op que segue para Porto Al as partes envolvidas são no Rio Grande do Sul ov hospedagem. Ainda na d Comercial do Paraná já e estado com o objetivo d fosse instalada uma seq para o Paraná, Santa Ca a partir de 2000. Intensl concretizado atendime

PEC dos tribunais

Inacreditável. A proposta que cria o TRF no Paraná, aprovada no Senado, está há onze anos na Câmara (Gazeta, 8/12). Os deputados paranaenses poderiam exercer maior pressão para que a PEC seja votada o mais depressa possível.

Nilson Cardoso de Miranda, advogado, Paranaguá – PR

Deputados aprovam projeto de criação de TRF no Paraná

Proposta também prevê novos tribunais regionais em Minas Gerais, na Bahia e no Amazonas. Texto ainda precisa passar por segunda votação

Anderson Donjober

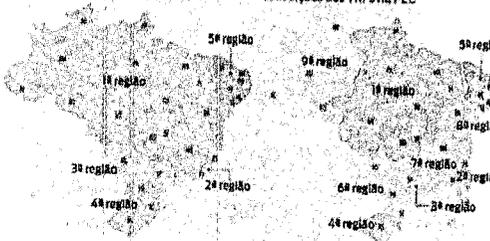
Com 347 votos favoráveis, a Câmara Federal aprovou ontem a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Tribunal Regional Federal (TRF) da 6.ª Região, com sede em Curitiba. A proposta tra-

CREAÇÃO

Veja qual é a área de abrangência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) hoje e como ficará, caso a PEC 544/2002 seja aprovada em definitivo.

Jurisdições dos atuais TRFs (1988)

Jurisdições dos TRFs na PEC



CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 ABR 2013

REPERCUSSÃO

Representantes da sociedade civil, da Justiça e do governo consideram que a aprovação dos novos Tribunais Regionais Federais pelo Congresso é uma vitória de todo o povo paranaense.

“A conquista do TRF é histórica. Travamos esta luta há anos e a decisão tem que ser comemorada por toda a nossa sociedade.”

Beto Richa, governador do estado do Paraná.

“O Tribunal vai facilitar o acesso à Justiça, além de cumprir o mandamento constitucional da duração razoável dos processos.”

Antônio Bochenek, presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe).

“Foi um fato muito importante que demonstrou união da bancada federal. Uma vitória que estamos tentando há muito tempo. Um gesto muito bonito.”

José Eduardo de Moraes Sarmiento, presidente em exercício da Associação Comercial do Paraná (ACP).

“É uma vitória dos paranaenses e do povo brasileiro, que a partir de hoje terá uma Justiça mais célere e mais eficaz. É uma luta antiga que teve o apoio do saudoso Francisco Cunha Pereira Filho, e que foi levada até o seu final por valorosas personagens da sociedade paranaense.”

Anderson Forlan, ex-presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe).

CONTINUA

“O povo ganhou porque com o TRF aqui teremos mais celeridade e uma Justiça mais próxima do cidadão.”

Sérgio Malucelli, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga do Paraná (Fetranspar).

“Como o Tribunal Regional de Curitiba será a sede de três estados, é uma grande conquista para nós paranaenses.”

Jonel Chede, presidente do movimento Pró-Paraná.

“Os quatro novos TRF's constituem a maior revolução do sistema de Justiça do Brasil depois da promulgação da Constituição de 1988.”

Juliano Breda, presidente da OAB-Paraná.

“Entendo que é um evento de extraordinária importância que vai implicar uma redução considerável de custos, em benefício não só dos advogados, mas também das partes, que vão ter mais agilidade em seus processos.”

Eduardo Alberto Virmond, presidente do Instituto dos Advogados do Brasil.

“A criação dos TRF's representa o início de uma redemocratização da Justiça Federal no Brasil. Muito do resultado alcançado com essa conquista vem da união da sociedade civil organizada.”

Rainer Zielasko, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (Faciap).

BESSA

Manhã cívica

A OAB Paraná realiza hoje, às 10 horas, um ato público em sua sede para comemorar a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 544, que cria o Tribunal Regional Federal no Paraná. Deverão participar o prefeito Gustavo Fruet, o vice-governador Flávio Arns e o deputado federal André Vargas, além de representantes de entidades de classe, como o Movimento Pró-Paraná e a Associação Comercial.

Vargas, primeiro vice-presidente da Câmara Federal, foi quem presidiu a sessão de ontem em que foi aprovada a PEC que cria o TRF nos estados do Paraná, Amazonas, Bahia e Minas Gerais.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

2009

11 de outubro – O editorial conclamava à mobilização em prol da criação do TRF, cuja proposta estava engavetada desde 2003. "É mais do que hora de prosseguir nesse combate que ainda não chegou a bom termo." <http://bit.ly/10wdQcd>

1º de novembro – O então presidente do Instituto de Advogados do Paraná, José Lúcio Glomb, comentava, na página de opinião, a urgência de se criar o TRF e anunciava o engajamento da Ordem na campanha. "A tarefa, pois, é reaglutinar as forças dos paranaenses em torno desse objetivo, congregando advogados, juízes, procuradores, políticos, associações empresariais, sindicatos, meios de comunicação, entre outros tantos apoios". <http://bit.ly/Z8O5Mx>

2010

21 de janeiro – A Associação Comercial do Paraná (ACP) se engajava na luta por um TRF paranaense, conforme mostra a coluna de Reinaldo Bessa. <http://bit.ly/10xz9K2>

26 de fevereiro – A Associação Paranaense de Juízes Federais (Apajufe) engrossava o coro que pedia o Tribunal. O então novo presidente da associação, Edson Furlan, definiu a causa como prioridade. <http://bit.ly/Xe0iTo>

8 de abril – O ex-governador Orlando Pessuti aderiu à campanha pela criação do TRF: "O Paraná não pode ter que ir até o Rio Grande do Sul para tratar dos seus processos", declarou. <http://bit.ly/10weDKd>

14 de abril – O TRF foi assunto da coluna de Reinaldo Bessa, que apontava o nome de Jonel Chede, do movimento Pró-Paraná, à frente da campanha que pedia um TRF no estado. <http://bit.ly/Z8ODSD>

16 de abril – Reportagem apontava a força da mobilização da OAB-PR para a campanha "Paraná Unido Pelo TRF", em que líderes de diversas entidades se reuniram para reivindicar a criação do Tribunal. O vice-presidente José Alencar, em Brasília, se mostrava favorável ao pleito. <http://bit.ly/9ApwYe>

18 de maio – A **Gazeta do Povo** noticiou a movimentação política dos líderes partidários sobre a votação da PEC antes das eleições de outubro. <http://bit.ly/ZAc0Co>

2011

21 de fevereiro – Reportagem mostra que cortes orçamentários do governo federal colocam a PEC dos Tribunais em segundo plano nas prioridades do Congresso. <http://bit.ly/14EWvTq>

14 de maio – O ex-presidente da ACP, Marcos Domakoski, se queixa da lentidão do processo na página de opinião. <http://bit.ly/12fyS8z>

25 de maio – O governador Beto Richa adere à campanha pela criação do tribunal. <http://bit.ly/12fZbqz>

11 de novembro – Reportagem mostra que os estados beneficiados pela criação dos TRFs se reuniram com o relator do Plano Plurianual, Walter Pinheiro (PT-BA). <http://bit.ly/Z8OZbO>

3 de dezembro – Novamente a **Gazeta do Povo** pedia, dessa vez aos representantes de outros estados que ganhariam um TRF, que convencessem o então presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RJ), a colocar a PEC 544 na pauta de votação da casa. <http://bit.ly/YwbBHx>

04 ABR 2013

12 de dezembro – Leitores indignados com a demora da tramitação da PEC 544 recebem espaço na Coluna do Leitor. <http://bit.ly/10wfoTq>

15 de dezembro – Reportagem mostra que deputados dos estados beneficiados com a criação de TRFs se articulavam para ingressar a votação da matéria no Congresso. <http://bit.ly/10z91xc>

20 de dezembro – A pressão começa a dar certo. Deputados conseguiram obstruir a votação para criação de concurso público para contratar novos juízes federais. Eles pediam a liberação da votação mediante o envio da proposta dos TRFs para votação. <http://bit.ly/12fZwtc>

2012

20 de julho – Reportagem do caderno Justiça & Direito revela que a espera pelo TRF paranaense completava dez anos. <http://bit.ly/Za00As>

13 de setembro – A CCJ do Senado aprova a criação de um TRF no Paraná, com base na PEC 42/2012, do senador Sérgio Souza (PMDB-PR). <http://bit.ly/10rkAZP>

17 de setembro – Mais leitores se indignam com a demora da tramitação do projeto. <http://bit.ly/Z2gkGN>

2013

27 de janeiro – Reportagem fala sobre a disposição do então candidato à presidência da Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) de colocar o projeto em discussão caso seja eleito. A matéria também trata da PEC do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que dispunha sobre a criação de um TRF apenas no Paraná, o que serviria como um "plano B" para o estado. <http://bit.ly/10xA2Cg>

1º de fevereiro – Matéria mostra detalhes da reunião de Richa com Joaquim Barbosa e com o ministro do Superior Tribunal de Justiça Felix Fischer, sobre a criação do TRF. Segundo Richa, Fischer demonstrou interesse na luta. <http://bit.ly/10rlvJx>

24 de fevereiro – Levantamento feito pela **Gazeta do Povo** mostra que a criação do TRF era prioridade para os parlamentares paranaenses. <http://bit.ly/11ngPWt>

14 de março – A votação pela PEC 544 entra em pauta no plenário da Câmara dos Deputados e é aprovada em primeira discussão. <http://bit.ly/13RXwiH>

Ontem – A PEC foi aprovada.

Delegados são presos em ação contra extorsão

04 ABR 2013

Operação desencadeada pelo Ministério Público também deteve um investigador da Polícia Civil. Os três mantinham armas e munições ilegais em casa

Diego Ribeiro e Fernanda Leitões

A operação Vortex, deflagrada na manhã de ontem, em Curitiba, pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), pode ter descoberto uma rede de extorsão formada por membros da Polícia Civil do Paraná, incluindo delegados. O Gaeco cumpriu nesta quarta-feira 18 mandados de busca e apreensão em residências, delegacias e até na Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), dentro do Departamento da Polícia Civil, no centro da capital.

Além disso, dois delegados, Gérson Machado, do 6.º Distrito Policial (DP), e o chefe da DCCP, Luiz Carlos de Oliveira, além do investigador do 6.º DP Aleardo Riguetto, foram presos por posse ilegal de arma de fogo durante cumprimento dos mandados. Eles são suspeitos de participar do esquema de corrupção, de acordo com o Gaeco.

Aproximadamente 98 mil dólares (cerca de R\$ 197 mil) foram apreendidos na casa de Oliveira. Segundo o coordenador do Gaeco, procurador de Justiça Leonir Battisti, essa quantia pode ser dinheiro recebido de corrupção. No entanto, o delegado Oliveira

PEC 37

Caso ocorre em meio a debates sobre o poder de investigação do MP

A suspeita de um grande caso de corrupção dentro na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) foi estourada em meio a uma polêmica sobre o poder de investigação do Ministério Público no país. A Proposta de Emenda Constitucional 37 (PEC), que está para ser votada em breve, cassa o poder de investigação de órgãos como o Gaeco, braço do MP. Casos como o de-

alegou que ganhou o dinheiro em um cassino.

A rede agiria há mais de um ano e a extorsão teria sido institucionalizada por meio da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio. Entre os locais em que foram cumpridos os mandados estão duas delegacias de Curitiba: Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) e o 6.º Distrito Policial, no bairro Capão da Imbuia.

Como operavam

Os promotores do Gaeco acreditam que a corrupção ocorria a partir de falsas fiscalizações em lojas de autopeças e ferros-velhos. A investigação começou há cerca de oito meses, após um homem chamado Milton Stiegler procurar o Ministério Público para dizer que era vítima de extorsão policial. Ele seria proprietário de uma loja de autopeças em Araucária e suspeito de receptação de veículos furtados e roubados. Stiegler também foi preso durante a investigação.

“A operação de hoje [on-

flagrado ontem ficariam apenas sob responsabilidade de investigação da Corregedoria da Polícia Civil.

A PEC 37, também conhecida como “PEC da Impunidade”, caso seja aprovada, inviabilizará investigações contra o crime organizado, desvio de verbas, corrupção, abusos cometidos por agentes do Estado e violações de direitos humanos. O Ministério Público brasileiro tem se mobilizado para alertar a sociedade sobre o risco da aprovação da proposta. (DR)

tem] teve finalidade de apreender agendas, documentos e dinheiro, que forneçam mais elementos a respeito dessa corrupção existente ligada à DFRV”, disse Battisti. Segundo apuração da reportagem, durante a investigação o Gaeco entrevistou vários empresários em Curitiba e região metropolitana e todos confirmaram informalmente que eram vítimas de extorsão por policiais da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. No entanto, a maioria não falou oficialmente ainda por medo de represálias.

O método de ação dos policiais seria sempre o mesmo (veja o gráfico ao lado). Os agentes, segundo o Gaeco, forjavam fiscalizações semanais em vários estabelecimentos e pediam dinheiro para fazer “vistas grossas” em irregularidades.

Eles cobriam um “pedágio” periódico. O dinheiro recolhido chegava até R\$ 50 mil quando os empresários atravavam o pagamento ou tentavam escapar da extorsão.

04 ABR 2013 GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“A operação teve finalidade de apreender agendas, documentos e dinheiro, que forneçam mais elementos a respeito dessa corrupção ligada à DFRV [Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos].”

Leonir Battisti, coordenador do Gaeco.

RESPOSTA

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) e o Departamento da Polícia Civil informaram ontem, por meio de nota, que vão esperar os desdobramentos da operação Vortex. De acordo com a Polícia Civil, a investigação ainda está em fase embrionária.

GOVERNADOR

“Vamos punir com o rigor da lei, de forma exemplar”, afirma Richa

Diego Ribeiro e Mauri König

O delegado Gérson Machado também criticou o Gaeco por não investigar o caso de uso irregular de viaturas policiais, denunciado pela **Gazeta do Povo**, no ano passado, na série de reportagens “Polícia Fora da Lei”. “Tem delegado que foi encontrado até na zona [borda] com viatura. Vocês têm informação se o Gaeco pren-

deu alguém? Se foi instaurado inquérito?”, questionou. Ele fez alusão ao delegado-chefe da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), Luiz Carlos de Oliveira, flagrado pela reportagem indo a um prostíbulo de Curitiba com carro da polícia. Esse caso está sendo investigado pelo Núcleo de Proteção ao Patrimônio Público.

Na época, o governador Beto Richa mandou recolher 3.177 placas de uso reservado pelas forças de segurança do estado e anunciou uma reestruturação da Polícia Civil, uma vez que as

reportagens tratavam ainda de mau uso de recursos do fundo rotativo da instituição, destinado a delegacias fantasmas. “A gente sempre busca medidas de transparência, de moralização. Fortalecemos as corregedorias”, disse ontem o governador sem entrar em detalhes sobre as mudanças que anunciou há quase um ano.

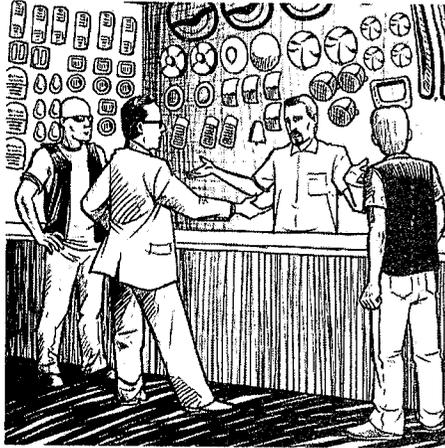
“Vamos aguardar a conclusão das investigações do Gaeco e, havendo confirmação de responsabilidade, vamos punir com o rigor da lei, de forma exemplar.”

CONTINUA

ESQUEMA CRIMINOSO

Segundo o Gaeco, há indícios de que os policiais forjavam fiscalizações para extorquir dinheiro de proprietários de lojas de autopeças e ferros-velhos, considerados como “desmanche” de carros furtados e roubados em Curitiba e região.

1 Algumas equipes da Delegacia de Furtos e Roubo de Veículos de Curitiba realizam “fiscalizações” em lojas de autopeças e ferros-velhos. As fiscalizações, no entanto, de acordo com algumas informações apuradas pela reportagem, se resumiam a reuniões nesses locais.



R\$ 1 mil por semana

Durante esses encontros, os policiais pedem o valor de R\$ 1 mil por semana para fazer vistas grossas nos locais. O valor normalmente seria cobrado em espécie. Quando o dinheiro não é pago, o valor aumenta na próxima passagem dos policiais no local.

2 Caso as lojas se recusassem ou atrasassem o pagamento, o alvará do estabelecimento era recolhido. Em outros casos, algumas peças eram apreendidas.



Depois disso, as negociações continuariam e o preço acabava subindo de **R\$ 1 mil para R\$ 50 mil.**

3 Há indícios fortes, de acordo com o Gaeco, de que o dinheiro pago seria dividido entre os investigadores, delegados da DFRV e outro da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio.





Luiz Carlos de Oliveira e Gérson Machado, detidos ontem: rede cobrarla propina de ferros-velhos.

Machado nega ser criminoso e rebate acusações

O delegado Gerson Machado, um dos detidos na operação do Gaeco, conversou ontem com jornalistas e afirmou não ser criminoso. Machado ressaltou que, quando estava à frente da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), onde permaneceu por seis meses em 2012 e de onde foi transferido, conseguiu diminuir o número de veículos roubados e aumentou o número de carros recuperados.

Machado alega que o Gaeco iniciou a investigação em razão de um episódio em que ele atuou. O próprio delegado teria mandado Milton

Stiegler, um dos pivôs da investigação do MP, se apresentar ao Gaeco. “Estou sendo um boi de piranha. Não tinha porque estar sendo autuado em flagrante, porque são armas que eu estava usando para o trabalho no dia a dia. Estou enojado”, afirmou o delegado.

Quando saiu da DFRV, no ano passado, Machado disse em nota que dois meses depois de ter assumido a delegacia foi chamado pelo seu superior imediato, o delegado Luiz Carlos de Oliveira. Segundo Machado, Oliveira “veio com um pedido relacionado a lojas de autopeças” que ele não atendeu por ser contra os seus princípios. Na época, Machado insinuou que Oliveira sugeria a participação em ilegalidades dentro da DFRV.

“Causa-me muita estranheza essa minha remoção precoce, diante do trabalho que ando fazendo e, salvo melhor juízo, a mesma [remoção] está relacionada com a maneira enérgica que foi agido [sic] contra os donos de autopeças, que são os que fomentam o crime de furto e roubo de veículo”, afirmou na nota.

Após a divulgação do texto, ele voltou atrás e explicou à Corregedoria da Polícia Civil que o que seria contra os seus princípios, na realidade, era “sobrecarregar ainda mais os investigadores, que estão afastados de suas funções, fazendo as vezes de carcereiros.”

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

TJ autoriza casamento homoafetivo no Paraná

Medida segue parecer do Supremo Tribunal Federal e habilita todos os cartórios do estado a realizar a união entre pessoas do mesmo sexo

Tatiane Salvatico e Marcus Ayres, da Gazeta Maringá

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) autorizou a união civil entre pessoas do mesmo sexo no estado. A decisão, tomada no dia 26 de março, foi publicada terça-feira no Diário da Justiça do Paraná, tendo como base a Lei Federal n.º 10.406/2002 – a mesma que baseou o reconhecimento do casamento homoafetivo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu artigo 1.525, a lei determina que “o requerimento de habilitação para o casamento será firmado por ambos os nubentes.”

O corregedor Eugênio Achille Grandinetti, que assina a decisão, determinou também que a informação seja afixada em lugar visível

e de fácil leitura pelo público em todos os cartórios civis do Paraná, o que já é verificado no interior do estado. Em Maringá, dos cinco cartórios civis contatados ontem, quatro afirmaram que já haviam recebido a decisão do TJ e repassaram as orientações aos funcionários.

Em Londrina, a decisão já foi encaminhada aos dois cartórios de Registro Civil. Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), a decisão torna todos os cartórios do estado habilitados a realizar o casamento homoafetivo.

Procedimento

Em Maringá, o registrador do Cartório Scheid, Fabian Marcelo Garcia, explicou que o procedimento para dar entrada na documentação do casamento homoafetivo é exatamente o mesmo do casamento heterossexual, sem a necessidade de autorização judicial, obrigatória no estado até então. Além disso, a decisão autoriza a conversão da união estável homoafetiva em casamento.

O presidente da Associação Maringaense LGBT, Luiz Modesto, disse que a decisão do TJ é importante para equiparar os direitos dos casais homossexuais aos dos heterossexuais. “Acho fundamen-

tal a gente não precisar pedir autorização judicial para casar. Agora só precisamos do consentimento do nosso par, como ocorre com os heterossexuais”, diz. Além do Paraná, estados como São Paulo, Bahia e Mato Grosso do Sul autorizaram o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Modesto confessou que a decisão o motiva também a se casar com o companheiro, Robson Girardello, já que se recusava, até então, a solicitar autorização judicial, por achá-la injusta. “Agora poderemos realizar coisas simples, como declarar o imposto de renda juntos como os outros casais já fazem”, reforça.

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

MORTES EM UTI

Justiça nega novo pedido de prisão de médica do Evangélico

A 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba negou o pedido de restauração da prisão da médica Virgínia Helena Soares de Souza feito pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) no mês passado. A informação foi confirmada ontem por Samir Assad, da equipe de defesa da médica. O recurso do MP-PR foi entregue sob entendimento de que ela deveria responder pelos crimes na prisão, por causa da gravidade do caso. Virgínia é suspeita de antecipar mortes de sete pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico. Segundo a defesa, "o juiz agiu de maneira técnica, pois não há motivos para o aprisionamento e sequer prova da existência de fato criminoso".

GAZETA DO POVO 04 ABR 2013

Governo suspende licitação do “Tudo Aqui”

Justificativa é que falta prestar mais esclarecimentos sobre o projeto que custaria R\$ 3 bilhões aos cofres estaduais ao longo de 25 anos

Karlos Kohlbach

O governador Beto Richa (PSDB) decidiu suspender por tempo indeterminado a licitação de R\$ 3 bilhões que previa a criação de nove unidades do “Tudo Aqui Paraná” — programa do governo estadual que concentraria num único local uma série de serviços municipais, estaduais e federais. O anúncio foi feito ontem pelos secretários Reinhold Stephanes, da Casa Civil, Cassio Taniguchi, do Planejamento, e pelo líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), durante reunião com os deputados na Casa.

A justificativa oficial foi a falta de esclarecimentos sobre o programa do governo — reconhecida pelos dois secretários e pelo líder do governo. “Entendeu-se que o estado não esclareceu bem o tema. Talvez por se tratar da primeira PPP [Parceria Público-Privada] do estado”, justificou Stephanes. “Temos que reconhecer que houve uma falha porque não houve explicação suficiente”, disse Traiano.

Nos bastidores, porém,

comenta-se que o motivo do recuo foi evitar o desgaste do governo. Apesar de considerado “muito bom” por integrantes da administração estadual, Richa teme um desgaste por passar para a iniciativa privada um serviço de competência das administrações públicas — a um custo R\$ 3 bilhões ao longo de 25 anos.

Esse volume de recursos chamou a atenção da oposição, que, nos últimos dias, tentou convocar Taniguchi para dar mais detalhes sobre o programa no plenário da Assembleia, mas teve os requerimentos barrados pelos governistas. Diante da pressão, o secretário do Planejamento foi ontem até a Assembleia, em uma reunião na presidência da Casa, para tirar dúvidas dos deputados a cerca do “Tudo Aqui”.

Economia

Embora tenha anunciado no encontro de ontem que o governo vai suspender a licitação do programa, Taniguchi fez a questão de ressaltar a importância da iniciativa. Segundo o secretário, o estado faria uma economia de cerca de R\$ 150 milhões durante os 25 anos de concessão do serviço. O valor representa apenas 0,02% do orçamento do Executivo paranaense neste ano. “Esta economia é um exercício de futurologia porque não tivemos acesso à planilha de custos”, criticou Tadeu Veneri (PT), líder da oposição na Assembleia. Ele afirmou que vai entrar na Justiça para obter documentos a respeito do projeto.



Taniguchi: licitação suspensa por tempo indeterminado.

Tribunal de Contas

Durante a reunião com os parlamentares, Taniguchi afirmou que já havia se reunido com técnicos e auditores do Tribunal de Contas do Paraná (TC) para tratar do assunto. A assessoria do TC confirmou o encontro, mas afirmou que o projeto não foi o tema do encontro. Esta foi a segunda vez que o TC desmentiu integrantes do governo sobre essa questão. A primeira foi quando Traiano afirmou na Assembleia que o “Tudo Aqui” já tinha o aval do tribunal.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 ABR 2013

HISTÓRICO

Confira o desenrolar da licitação do programa "Tudo Aqui Paraná":

Junho de 2011 – A empresa Shopping Cidadão se oferece para efetuar um estudo para implantar um programa de atendimento ao cidadão no Paraná, na modalidade Parceria Público-Privada (PPP).

12 de Julho de 2011 – O governo acolhe a ideia e dá 30 dias para empresas apresentarem um estudo nesse sentido.

13 de julho de 2011 – Em 24 horas, o governo autoriza a Shopping Cidadão a realizar a pesquisa.

15 de dezembro de 2011 – A Assembleia Legislativa aprova a instalação de PPPs no estado.

21 de dezembro de 2011 – O estudo da Shopping Cidadão é aprovado e o governo passa a elaborar o edital de licitação para implantar o "Tudo Aqui".

Março de 2013 – O edital é publicado.

Abril de 2013 – Após uma série de críticas e questionamentos da bancada de oposição na Assembleia, o governo decide suspender temporariamente a concorrência, cujos envelopes seriam abertos no dia 25.

COLUNA DO LEITOR

Tudo Aqui Paraná

O projeto Tudo Aqui Paraná não passa de uma medida que retira a responsabilidade do Estado na prestação de serviços públicos essenciais à população. Vislumbro que tal projeto é uma repaginação dos anos 90, quando se viu nesse país a farra das privatizações. O resultado é que pagamos duas, três vezes pelos mesmos serviços e ao Estado caberá apenas a função política e gerencial. Assim fica fácil governar.

Marcelo Rebinski, professor

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Dúvidas param o "Tudo Aqui"

04 ABR 2013

Acuado pelas críticas da oposição e pelas dúvidas levantadas na imprensa, o governador Beto Richa tomou ontem sábia decisão: suspendeu por tempo indeterminado a licitação que, no próximo dia 25, escolheria empresa para administrar o "Tudo Aqui Paraná" — nove centrais prestadoras de serviços públicos a serem instaladas em Curitiba e em outras seis cidades-polo do estado.

O governo reconheceu que mereciam explicações os inúmeros pontos obscuros do processo de licitação e que davam razão às desconfianças até mesmo quanto à sua lisura. Por exemplo: por que um decreto assinado por Beto Richa que dava prazo de 30 dias para que inscrição de interessados em elaborar o projeto fosse seguido de outro, publicado 24 horas depois, já dando o nome da empresa que faria o trabalho — no caso, a notória Shopping do Cidadão?

Ponto obscuro era também a definição dos imóveis para instalação de estruturas do "Tudo Aqui", sem consulta prévia aos donos dos bens — caso das três Ruas da Cidadania pertencentes à prefeitura de Curitiba e que estavam arroladas no projeto como futuras dependências do "Tudo Aqui". Nem o ex-prefeito Luciano Ducci nem o atual, Gustavo Fruet, assinaram quaisquer documentos dando anuência à transferência desses imóveis para uso de uma terceirizada da administração estadual.

A decisão de suspender temporariamente a licitação foi anunciada no início da reunião realizada no gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni, ontem pela manhã. O encontro — aberto à imprensa por decisão de Rossoni, ao contrário do que queria o líder governista Ademar Traiano — serviu para que alguns deputados ouvissem o secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi (condutor do projeto de criação do "Tudo Aqui"), e o chefe da Casa Civil,

Reinhold Stephanes. Nenhum parlamentar da oposição participou da reunião por considerá-la um "teatro". A oposição insistirá no caminho judicial para obter informações.

Claro, espelhando-se no êxito que já teriam comprovado os similares "Poupa Tempo" (São Paulo), UAI (Minas Gerais) e Vapt-Vupt (Ceará), os secretários tentaram convencer os deputados de que o "Tudo Aqui" será tão maravilhoso quanto. Taniguchi foi além: o "Tudo Aqui" gerará para o governo uma economia de exatos R\$ 138 milhões. De onde saiu esse número, como ele foi calculado com tanta precisão, ele não disse e nem lhe foi perguntado.

A conversa avançou pouco em relação à solução de vários pontos obscuros — que continuaram obscuros. E não avançou quase nada em relação a questões de fundo — como as levantadas pelo professor Belmiro Valverde, que, do alto do seu PhD em Administração Pública, coloca sérias dúvidas sobre a prioridade de destinar R\$ 3 bilhões para terceirizar serviços que são de competência do Estado. Melhor aplicar em infraestrutura ou avançar na direção da tendência mundial e moderna do governo-eletrônico, como escreveu domingo passado em seu artigo semanal para esta Gazeta.

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» SUSPEITA DE CORRUPÇÃO

Justiça afasta funcionários do IAP

Katia Brembatti e Diego Ribeiro

Uma decisão judicial determinou o afastamento de três funcionários do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) devido a indícios de corrupção no Sudoeste do estado. Gravações mostraram o diretor da regional de Pato Branco, Silvio Hasse, o fiscal do meio ambiente na mesma cidade, Milton Luiz Zucchi, e o diretor da regional de Francisco Beltrão, José Wilson de Carvalho, supostamente pedindo propina para a liberação de licenças ambientais.

A investigação partiu de denúncia apresentada pelo empresário Ulisses Viganó Junior, que tenta, há dois anos, aprovar um loteamento no bairro Cadorin, em Pato Branco. Ele conta que inicialmente recebeu proposta para pagar R\$ 700 mil pela licença. Como teria se recusado, o processo foi negado. Na sequência, o valor teria baixado para R\$ 400 mil. O empresário passou a gravar as conversas

— tanto as trocas de mensagens pela internet, como as ligações telefônicas e os encontros presenciais — e repassou o material à polícia.

O delegado Rômulo Ventrella conduziu as investigações e pediu a prisão dos funcionários do IAP. A solicitação foi negada pelo juiz Eduardo Saoro, que aceitou apenas afastar do trabalho os citados.

O delegado conta que a investigação já dura três meses e que surgiram ao menos outras duas denúncias de pedido de propina. O presidente do IAP, Luiz Tarcísio Mossato Pinto, afirma que comunicou a Secretaria de Segurança Pública assim que recebeu a denúncia. Ele relata a existência de, ao menos, seis sindicâncias em andamento na regional de Pato Branco.

O diretor da regional do IAP em Pato Branco, Silvio Hasse, negou as irregularidades. Ele disse que está há apenas 60 dias no cargo e que não teve contato com o processo envolvendo o loteamento de Viganó Junior. Ele insinuou que o afastamento seja uma retaliação devido a flagrantes que estaria preparando.

Milton Zucchi e José Wilson de Carvalho não foram localizados ontem.

R\$ 400 MIL

seria o valor supostamente cobrado por funcionários do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em Pato Branco para liberar uma licença ambiental.

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

» SANTA MARIA

Sócios da Kiss irão responder por homicídio

! O juiz Ulysses Fonseca Louzada, da 1.ª Vara Criminal de Santa Maria, aceitou ontem a denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) contra oito envolvidos no incêndio na boate Kiss, em Santa Maria. Com isso, os acusados pelo MP-RS passam a ser considerados réus no processo criminal e serão julgados pelo Tribunal do Júri em Santa Maria. Os advogados de defesa têm dez dias para se manifestar. As informações são da Agência Brasil.

Com a decisão de Louzada, os sócios-proprietários da boate, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, e os músicos da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, responderão pelo crime de homicídio doloso qualificado — quando há intenção ou se assume o risco de matar.

Já os bombeiros Renan Severo Berleze e Gerson da Rosa Pereira, o ex-sócio da Kiss Elton Cristiano Uroda e Volmir Astor Panzer, funcionário do pai de Elissandro Spohr, responderão por fraude processual e falso testemunho.

O incêndio ocorreu na noite do dia 27 de janeiro e causou a morte de 241 pessoas.

RACHEL GENOFRE

Polícia vai pedir DNA de homem preso no RJ

! A Delegacia de Homicídios de Curitiba vai pedir o exame de DNA de um homem que está preso no Rio de Janeiro, como parte das investigações sobre o assassinado de Rachel Lobo Oliveira Genofre, informou ontem o delegado Rubens Recalcatti. O material será confrontado com o coletado no corpo da menina, encontrada morta na Rodoferroviária de Curitiba em novembro de 2011. A polícia descobriu um homem que foi preso em 2009 no Rio por abordar meninas em frente a escolas. Ele é natural do Paraná e, apesar de não ter semelhanças físicas com o retrato-falado do suspeito de matar Rachel, o exame será solicitado.

Juiz diz que torcedor não deve esperar por “conforto” em estádio

! Um juiz mineiro negou ao advogado Pedro Henrique Ramirez Pires o ressarcimento pelo ingresso pago e indenização por dano moral devido às confusões ocorridas na reabertura do Mineirão, em 3 de fevereiro. O motivo: torcedores não devem ir ao estádio esperando por “conforto”, diz a decisão da última segunda-feira. Os 52.989 torcedores que pagaram para ver o clássico entre Cruzeiro e Atlético no estádio recém-reformado para a Copa enfrentaram falta de água e de comida, já que os bares estavam quase todos fechados, e banheiros sem a devida higienização e papel. Para o juiz Sérgio Castro da Cunha Peixoto, “ninguém frequenta um estádio de futebol em busca de alimentação ou conforto”.

JUSTIÇA

MP investiga ex-procurador por suposto vazamento

! O Conselho Nacional do Ministério Público vai apurar suposto vazamento de informação feito pelo ex-procurador-geral de Justiça do Rio Cláudio Lopes. De acordo com relatório da Polícia Civil, ele informou o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha, sobre uma investigação na qual o deputado é citado. De acordo com relatório, Lopes informou Cunha sobre um inquérito que apurava sonegação fiscal pelo grupo Magro, responsável pela refinaria de Manguinhos. O deputado era citado nas investigações por supostamente atuar em favor da empresa em negociações comerciais. Lopes negou o vazamento. Ele afirmou que o relatório é “forjado”.

“A conduta [do procurador], como narrada, se verdadeira, pode configurar, em tese, violações aos deveres funcionais.”

Jefferson Coelho, corregedor nacional.

04 ABR 2013

GAZETA DO POVO

Dirceu vai ao STF contra publicação de acórdão do mensalão

Defesa do deputado cassado e ex-ministro tenta ganhar maior prazo para recorrer da condenação

A defesa do ex-deputado José Dirceu (PT-SP) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão da publicação do acórdão do mensalão até que o plenário da Corte decida se os advogados terão prazo maior para recorrer da condenação. Ao mesmo tempo, os defensores de Dirceu interpuseram recurso judicial contra a decisão do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, que negou o pedido para que os votos proferidos pelos membros do tribunal no julgamento do escândalo fossem divulgados antes da publicação da resolução.

A divulgação dos votos permitiria que a defesa começasse a preparar os recursos imediatamente, antes mesmo que se iniciasse a ~~contagem do prazo de cinco~~ dias para que os embargos à condenação fossem apresentados. O agravo contra a determinação de Barbosa precisa ser julgado em plenário.

Se houver maioria de votos, o órgão pode derrubar o despacho dele e permitir que os advogados tenham acesso aos votos rapidamente. Mas essa possibilidade de derrubada do parecer de Barbosa só teria valia para os defensores se tomada antes da publicação do acórdão. Depois de publicado, todos os votos proferidos seriam conhecidos, mas o tempo para apelação estaria sendo computado.

“Caso o acórdão seja publicado sem que essas questões de dignidade constitucional sejam enfrentadas pela autoridade competente — o plenário desse egrégio Supremo Tribunal —, suas respostas serão condenadas à inocuidade, o que é inadmissível por iniciativa unilateral do relator”, afirmou a defesa no pedido.

A publicação do acórdão deve ocorrer nos próximos dias. De acordo com a assessoria do STF, falta apenas o voto do ministro Celso de Mello para que isso seja feito. Mello deve entregar o voto ainda nesta semana.

Pressa

Ontem, o ministro do STF Gilmar Mendes disse que a Corte precisa concluir o julgamento do mensalão para não ficar refém do tema.

“É preciso encerrar esse capítulo do mensalão, do contrário continuamos sempre refém dessa temática. É preciso realmente resolver”, disse o ministro.

As declarações do ministro foram feitas dois dias depois do descumprimento do prazo da publicação do acórdão do julgamento do mensalão, documento que oficializa o resultado.

Na avaliação do ministro, os embargos de declaração (quando os advogados de defesa questionam possível omissão ou falta de clareza no voto de um ministro) e os infringentes (quando pelo menos quatro ministros votaram a favor do réu) não deverão alterar os resultados do julgamento.

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Depen quer mutirão carcerário para reduzir superlotação

Situação é
mais grave
nos distritos
políciais, que
abrigam
131 homens
onde deveriam
estar 48

Londrina - O diretor do Departamento de Execução Penal (Depen) do Paraná, Maurício Kuehne, fez ontem uma visita surpresa ao 4º Distrito Policial e descartou medidas de curto ou médio prazo para reduzir a superlotação das carceragens de Londrina. O problema, aponta ele, é que os presídios da cidade também já estão com a capacidade esgotada. "As ações policiais estão intensas e lotou. Não temos o que fazer", afirmou.

As unidades 1 e 2 da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), onde ficam os presos condenados, foram construídas para 1.210 presos, mas abrigam 1.395. A Casa de Custódia (CCL), única unidade provisória de Londrina, abriga 360 pessoas em 288 vagas.



Maurício Kuehne, do Depen:
"As ações policiais estão intensas e lotou."

Não temos o que fazer"

Já o Centro de Reintegração Social (Creslon), onde ficam os presos do regime semiaberto, está com 170 homens, 20 a mais que a capacidade máxima.

A falta de vagas no sistema prisional afeta diretamente as carceragens dos distritos policiais (DP). O 4º DP estava ontem com 116 presos e o 5º DP, com 115. As carceragens têm capacidade para 24 internos cada. A superlotação carcerária gera problemas como a insegurança e o riscos de surtos de doenças.

Ontem, o Depen começou levantamento para tentar abrir

vagas no sistema. Uma alternativa é conceder mais benefícios e outra é transferir presos para o semiaberto.

Maurício Kuehne também se reuniu com o juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), Katsujo Nakadomari. "Vamos pedir a realização de outro mutirão carcerário. Em Curitiba, mais de mil processos foram analisados, o que resultou na abertura de cerca de 400 vagas. Se aqui examinarem a grosso modo mil processos, vai resultar (na abertura de) 300 vagas tranquilamente", avaliou o diretor do Depen.

A VEP prometeu realizar mutirão nos próximos dias. Nakadomari adiantou que hoje serão abertas 27 vagas no sistema semiaberto, proporcionando transferência imediata de presos dos distritos para os presídios.

CONTINUA

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

O Depen também vai ceder hoje quatro agentes de cadeia para os distritos policiais de Londrina. A FOLHA adiantou ontem que as unidades estavam sem carcereiros, já que o contrato emergencial mantido pelo governo havia expirado e investigadores estavam exercendo essas funções. Os empréstimos vão vigorar pelo prazo máximo de 30 dias.

Com o retorno de carcereiros aos distritos serão retomadas as visitas, suspensas provisoriamente. "Além disso, a Secretaria de Segurança Pública (Sesp) autorizou a contratação de oito carcereiros comissionados. O documento está tramitando internamente e a gente espera solução o mais breve possível", explicou o delegado chefe da 10ª Subdivisão, Márcio Amaro.

O Depen espera iniciar no segundo semestre do ano a construção de um novo presídio em Londrina. O governo deve investir mais de R\$ 17 milhões na unidade, prevista para 540 vagas.

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Negado pedido de prisão de médica

Curitiba - O juiz da 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Surdi de Avelar, não acatou o recurso para nova prisão contra a médica Virgínia Helena Soares de Souza, protocolado pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) na semana passada. A decisão foi anunciada ontem pelo advogado da ex-chefe da UTI Geral do Hospital Evangélico, Elias Mattar Assad. Com isso, a acusada segue respondendo o processo em liberdade.

A médica foi presa no dia 19 de fevereiro, em Curitiba, pelo Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa) da Polícia Civil, acusada de antecipar mortes de pacientes. Ela e outras sete pessoas foram denunciadas à Justiça por sete homicídios duplamente qualificados e formação de quadrilha.

No dia 20 de março, Virgínia teve sua prisão preventiva revogada. O MPPR, por meio da assessoria de imprensa, informou que o órgão não vai se pronunciar enquanto não for comunicado oficialmente pelo Tribunal do Júri.

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Câmara aprova criação de TRF no Paraná

PEC recebeu o apoio de 371 deputados federais; presidente do STF critica “enorme custo ao erário”

Serão mais 4 TRFs em todo País

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Foi aprovada ontem na Câmara Federal a criação de mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs) no Brasil, sendo que a sede de um deles ficará no Paraná. 371 deputados se manifestaram a favor da medida, 54 contra e seis se abstiveram de votar, após nova rodada de debate questionando a constitucionalidade da proposta e a ausência de previsão de recursos nas leis orçamentárias da União para custear essas novas unidades da Justiça Federal. Com o resultado do plenário, a PEC 544/02 segue para promulgação pela Câmara Federal, sem necessidade de nova apreciação no Senado ou de outra votação pelo Congresso Nacional.

O Paraná ficará sob a jurisdição do novo TRF da 6ª Região (sede em Curitiba), cuja abrangência inclui também Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Essa nova configuração isola o Rio Grande do Sul no TRF da 4ª Região, que antes incluía os outros Estados do Sul. A mudança não é feita mediante a criação de um novo tribunal (prerrogativa do Judiciário), mas pelo fracionamento do já existente mediante mudança no texto da Constituição da República (competência do Le-

gislativo). Foi essa a manobra legal encontrada pelos políticos para por fim à demora de dez anos na apreciação dessa matéria, que tramita em Brasília desde 2002.

“A estrutura da Justiça Federal está defasada e precisa dessa mudança para dar maior vazão aos processos”, disse o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Nilton Toldo, em visita ao Congresso mês passado. A entidade levou à Câmara Federal uma nota técnica mostrando que “o crescimento da 2ª instância não acompanhou a ampliação da 1ª instância nas duas últimas décadas. Desde 1987 até hoje, o número de juizes federais de 1º grau cresceu 668%, passando de 277 para 2.129. Já o número de integrantes do 2º grau cresceu somente 89%, passando de 74 desembargadores para 139 desde a criação dos cinco TRFs, em 1989”, diz a Ajufe.

A posição dos juizes federais foi criticada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa. Nessa semana ele enviou ofício aos presidentes do Senado e da Câmara Federal pedindo que a matéria não fosse apreciada no Congresso.

No documento, Barbosa dizia que “essa ampliação gigantesca da estrutura pública implicará enormes custos permanentes e sempre crescentes ao erário”. Também fez críticas àquilo que ele apelidou de “fragmentação institucional da Justiça Federal”, decorrente da ampliação de TRFs no País.

“Serão necessários dispêndios, por exemplo, como ativos permanentes de expressiva monta, sua manutenção, materiais de uso e de consumo, bem como com a folha de pagamento dos respectivos membros e servidores, aos quais deverão ser acrescidos os gastos com a criação de novos cargos dentro de outras carreiras jurídicas imprescindíveis à prestação jurisdicional, tais como membros do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Defensoria-Geral da União”, diz trecho do ofício.

CONTINUA

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Instalação

“Estou muito feliz com o resultado. Agora nós temos um período para a instalação do TRF no Paraná, que é de seis meses mas pode ser prorrogado para o ano que vem. Não vejo problemas nisso. O governo do Estado já colocou um imóvel à disposição da Justiça Federal e é possível que, diante da redução do número de processos em outras regiões, desembargadores e servidores sejam transferidos de outros Estados para o Paraná”, explica o deputado federal Eduardo Sciarra (PSD), relator da matéria na Câmara Federal.

A votação de ontem foi conduzida por André Vargas (PT), vice-presidente da Câmara Federal, a exemplo da aprovação em primeiro turno. A discussão teve a participação da bancada paranaense, coordenada por Osmar Serraglio (PMDB), e foi acompanhada pelo senador Sérgio Souza (PMDB), membro da Frente Parlamentar pela Criação dos TRFs.

FOLHA DE LONDRINA

Policiais são suspeitos de extorsão

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Paraná (MPPR) cumpriu ontem 18 mandados de busca e apreensão durante a Operação Vortex, desencadeada na capital e região metropolitana para investigar uma suposta rede de extorsão formada por policiais civis, incluindo delegados.

Segundo o Gaeco, algumas equipes que fiscalizavam lojas de revendas de autopeças e ferros-velhos de Curitiba e região cobriam propina para não denunciar supostas irregularidades nestes estabelecimentos. Estas pessoas também são suspeitas de acobertar investigações contra lojas que recebiam peças de veículos roubados. De acordo com o Gaeco, pelo menos 11 pessoas estão sendo investigadas, sendo três delegados e oito policiais.

Durante o cumprimento dos mandados de apreensão, dois delegados e um investigador foram presos em flagrante por porte ilegal de arma e munição restritas, e estão na carceragem do órgão, em Curitiba.

Gérson Machado, titular do 6º Distrito Policial (DP) e ex-delegado da DFRV; Luiz Carlos de Oliveira, responsável pela Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP); e o investigador Aleardo Riguetto, do 6º DP; foram presos na manhã de ontem e também são investigados por participação no esquema. Na residência de

Dois delegados e um investigador foram presos por porte ilegal de arma



Investigação prossegue e novas prisões não estão descartadas, segundo o procurador Leonir Battisti

Oliveira, o Gaeco ainda apreendeu US\$ 98 mil em dinheiro.

Em entrevista a emissoras de televisão, Machado negou a acusação de extorsão e disse que está sendo "perseguido" por causa do seu trabalho quando estava à frente da DFRV. Ele foi transferido para o 6º DP em setembro do ano passado. Oliveira e Riguetto não comentaram suas prisões e os advogados dos dois não foram localizados pela reportagem.

Os mandados de apreensão foram cumpridos nas residências dos três presos, em delegacias e também em desmanches de veículos e lojas de revendas de autopeças da capital.

Conforme o procurador de Justiça e coordenador do Gaeco, Leonir Battisti, as extorsões estariam acontecendo há mais de um ano e as investigações foram iniciadas há oito meses, por meio de denúncias que chegaram ao Gaeco. "Há indícios fortes de corrupção na DFRV e na DCCP. Conseguimos mandados de busca e apreensão na Justiça e agora

vamos analisar todas as informações contidas em computadores, agendas e blocos apreendidos", ressaltou.

As investigações do Gaeco prosseguem e, futuramente, conforme as investigações forem avançando, mandados de prisão podem ser requeridos à Justiça, apontou Battisti. "O envolvimento de algumas pessoas nesta prática ilícita muitas vezes passava despercebida. Em denúncias que deixavam de ser apuradas, por exemplo", disse. Participaram da operação equipes do Gaeco, além de integrantes da Corregedoria da Polícia Civil na capital.

Posicionamento

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), por meio de nota oficial, informou que aguarda os desdobramentos da investigação sobre supostos desvios de conduta de policiais civis.

O governador Beto Richa, se pronunciou sobre o caso e disse que "se as investigações comprovarem irregularidades os policiais envolvidos serão punidos rigorosamente".

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Estado condenado por morte de paciente que fugiu do HZN

O Estado do Paraná foi condenado a indenizar uma família londrinense pela morte de um paciente de 42 anos do Hospital Anísio Figueiredo, também conhecido como Hospital da Zona Norte (HZN). A sentença, publicada no início de março, é assinada pelo juiz substituto da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Mario Nini Azzolini.

O caso remete uma ação civil pública, com pedido de indenização por danos morais, ajuizada em 2008. Em junho daquele ano, João Carlos de Farias foi internado com "febre e pressão alta" no HZN. Porém, ele fugiu. Esta foi a segunda fuga do paciente de um hospital público em poucos dias (antes ele havia feito a mesma coisa no Hospital Eulalino Ignácio de Andrade, o Hospital da Zona Sul - HZS).

No início de julho, o corpo do paciente foi encontrado em avançado estado de decomposição em um fundo de vale no Conjunto Luiz de Sá. O cadáver trajava roupa hospitalar, fato ignorado durante as tentativas de identificação pelo Instituto Médico Legal (IML). Como não houve reconhecimento formal, o corpo foi enterrado como indigente.

A família da vítima, requerente da ação, procurou o IML. Após realização de exames de DNA, foi descoberto que o indigente era João Carlos de Farias.

Procuradoria vai recorrer da decisão judicial

Na sentença, o juiz Mario Nini Azzolini descreve a sucessão de erros como "atos omissivos" decorrentes da "má prestação dos serviços hospitalares". A decisão é sustentada em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"A falta de vigilância dos hospitais com um paciente com evidente confusão mental e histórico de utilismo é fato grave, ainda mais quando tal omissão acarreta em evasão

do paciente das dependências dos hospitais sem alta médica, por duas vezes, e culmina em sua morte e enterro como indigente."

O juiz condenou o réu ao pagamento de R\$ 80 mil para a família da vítima, além das custas processuais e honorários advocatícios.

João Carlos Farias era casado com a doméstica Cleonice Epifano, com quem tinha uma filha. A adolescente tem 17 anos atualmente. "Imagina procurar seu parente no hospital e não encontrar. Depois, descobrir que ele foi enterrado como indigente. Foi lamentável o que aconteceu, um sério de descuidos. Na época, bastava o IML ligar para o hospital e perguntar se havia algum paciente desaparecido, mas nem isso foi feito. Tivemos que realizar exame de DNA, entrar com ação judicial para obter a certidão de óbito da vítima", lembrou a advogada da requerente, Maria Dirce Triana.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) vai recorrer da decisão.

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Após polêmicas, Beto suspende licitação do 'Tudo Aqui'

Curitiba - O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), mandou a administração suspender provisoriamente a licitação do Programa "Tudo Aqui". A concorrência, agendada para 25 de abril, seria realizada para terceirizar a prestação de 171 serviços públicos por meio de uma Parceria Público Privada (PPP) estimada em R\$ 2,9 bilhões. O comunicado foi feito em uma reunião ontem pela manhã, da qual participaram os secretários estaduais do Planejamento, Cassio Taniguchi (DEM), e da Casa Civil, Reinhold Stephanes (PSD), além do deputado estadual Ademar Traiano (PSDB).

A decisão acontece depois de uma série de críticas da oposição à condução do processo licitatório. O líder do governo na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Traiano, passou as últimas três semanas respondendo a questionamentos do deputado estadual Tadeu Veneri (PT), principalmente sobre a pouca publicidade dada ao tema. Ontem, 12 deputados estaduais reuniram-se com Taniguchi e Stephanes na sala da presidência da AL para obter mais informações sobre o projeto. A oposição boicotou o encontro, por entender que a explanação deveria

ter sido feita em plenário. Essa atitude fez Traiano chamar os petistas de "covardes".

Veneri respondeu dizendo que amanhã entrará com uma ação cautelar na Justiça Estadual (Vara da Fazenda Pública, Falência e Concordata e Recuperação Judicial) pedindo a divulgação dos documentos da licitação. Ele reclama que até o momento não foi divulgada a base de cálculo dos R\$ 2,9 bilhões, que representam a contrapartida mensal de aproximadamente R\$ 10 milhões a serem pagos pelo Estado ao vencedor da licitação por 25 anos. O conselheiro Nestor Baptista, do Tribunal de Contas (TC), solicitou esses mesmos documentos ao governo do Paraná e promete se manifestar sobre o assunto hoje à tarde, na reunião do Pleno do TC. Traiano disse que o TC tinha dado aval à licitação, afirmação depois desmentida oficialmente pelo órgão.

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz aceita denúncia do MP no caso Kiss

São Paulo - O juiz Ulysses Louzada, da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, acatou integralmente a denúncia do Ministério Público do Estado no caso da boate Kiss. Dessa forma, Elissandro Calegari Sphor, Mauro Londero Hoffmann, ambos proprietários da boate, Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, e Luciano Augusto Bonilha Leão, produtor e auxiliar de palco do grupo musical, passam a responder pelos crimes de homicídio doloso, com dolo eventual, qualificado, e também por tentativa de homicídio. De acordo com o juiz, caberá ao tribunal do júri de Santa Maria analisar o caso.

Em 27 de janeiro deste ano, o fogo provocado por uma fâsca liberada por um artefato pirotécnico durante show da banda Gurizada Fandangueira, em contato com a espuma do revestimento acústico da boate, liberou gases tóxicos que asfixiaram as vítimas, segundo inquérito concluído pela Polícia Civil do Estado. Em decorrência da tragédia, 241 pessoas morreram e mais de 600 ficaram feridas.

O juiz também acolheu a denúncia de outras quatro pessoas no caso, mas por crimes praticados durante a investigação. Os bombeiros Gerson da Rosa Peçeira e Renan Severo Berleze foram

denunciados pelo MP por fraude processual - a promotoria alega que ambos incluíram documentos na pasta do Plano de Prevenção de Incêndio da boate após o incêndio.

Elton Cristiano Uroda (ex-sócio da boate) e o contador Volmir Astor Panzer passam a responder por falso testemunho. De todos os acusados, Volmir é o único que não constava como indiciado no inquérito da Polícia Civil.

04 ABR 2013

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LEITOR

Redução da maioria penal

É por demais ultrapassada a ideia de que um menor de idade entre 14 e 18 anos ainda não atingiu o grau de desenvolvimento físico e mental para compreender o significado de suas ações ou distinguir o certo do errado. Dados estatísticos da polícia apontam que o número de menores envolvidos em crimes dobrou nos últimos dez anos. Acredito que já tenha passado da hora de termos punições mais severas para os menores que roubam, matam, abusam da violência, às vezes com requintes de selvageria. Os delitos mais graves, atualmente, têm sido cometidos por jovens na faixa de 16 anos. A sociedade já não aguenta mais essa violência e encarecidamente pede (deveria exigir) aos nossos congressistas que agilizem a aprovação da PEC 171, que trata da redução da maioria penal. A proposta é de 1993, ou seja, já faz 20 anos que essa está tramitando no Congresso Nacional, mais conhecido como "Ilha da Fantasia".

JOÃO MASSARUTTI (professor) – Londrina

Responsabilidade do menor infrator

Respeito a opinião do leitor Luiz Furtado (Opinião, 2/4), mas o cerne da questão é debater (em qualquer idade) se o infrator é passível de responder por processo criminal. O que se deve levar em conta é o potencial criminoso do infrator, independentemente de sua idade. Qual seria a diferença entre um bandido com 16 ou 18 anos? Ambos matam e devem responder por seus atos. Nossos representantes no Congresso Nacional estão desviando do cerne da questão quanto ao menor ser passível de responder por seus atos criminosos ou não, quando na verdade devem avaliar se qualquer cidadão que comete um crime será passível de responder por um processo criminal, com todas suas consequências, inclusive o cárcere. Quanto à missiva do leitor Rubens Romagnolli quanto à pena de morte no Brasil, na prática já existe: não para punir bandidos que matam, mas sim cidadãos de respeito que são diariamente mortos, sem qualquer providência de nossos legisladores.

CARLOS HENRIQUE SCHIEFER (advogado) – Londrina

04 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TJ paulista afasta desembargador acusado de pedir propina

Arthur Del Guércio alegava 'dificuldades financeiras' e cobrava R\$ 35 mil por voto, segundo denúncia de advogados

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo decretou ontem, em votação unânime, o afastamento cautelar do desembargador Arthur Del Guércio Filho, da 15.^a Câmara de Direito Público do TJ. Ele é acusado de pedir R\$ 35 mil aos advogados Nagashi Furukawa, juiz de Direito aposentado, e Fabiane Furukawa para votar favoravelmente recurso de um vereador de Bragança Paulista (SP) autuado pelo Tribunal de Contas do Estado. É o primeiro caso de desembargador afastado, no Estado, por suspeita de corrupção.

Aos 58 anos, desde 1983 na magistratura e juiz de carreira, Del Guércio chegou ao TJ em 2005, quando assumiu a cadeira de desembargador. Há seis anos tinha assento na 15.^a Câmara de Direito Público, que julga exclusivamente casos de corrupção e improbidade na administração pública. Sob sua relatoria ele manteve um acervo de 1.800 processos.

As suspeitas não param no caso do vereador. O desembargador Gilberto de Souza Moreira, da 7.^a Câmara de Direito Privado, relatou ter reunido informações de cinco grandes escritórios de advocacia. "Contavam que ele (*Del Guércio*) os procurava para simplesmente pedir dinheiro sob o pretexto de que estava em dificuldades financeiras, que não sabia o que fazer, que agradecia e acabava levando R\$ 20 mil, R\$ 30 mil. Chegavam notícias alarmantes de que ele comprometia a própria Câmara."

O advogado Clito Fornaciari Júnior contou que Del Guércio procurou um cliente dele a quem mostrou "o voto que ia dar no caso (um inventário)". O desembargador teria dito que outros magistrados queriam R\$ 120 mil. "Tudo a sugerir um verdadeiro padrão de comportamento desbordante da mais cozinha postura expectável de um magistrado", assinala o presidente do TJ, desembargador Ivan Sartori.

Del Guércio recebeu a advogada Fabiane. "Ele começou a falar que passava por situação financeira complicada, que precisava de R\$ 35 mil para saldar empréstimo que fez para reforma na residência dele."

Magistrado diz que recebe 'todos os advogados'

● Arthur Del Guércio negou ter pedido R\$ 35 mil a Nagashi Furukawa. "Não tem o mínimo fundamento. Eu recebo todos os advogados em meu gabinete. Não tenho nenhum tipo de restrição."

"Eu não sei quais foram as alegações para meu afastamento.

São 30 anos de magistratura que estão jogando no lixo. Nem me deram chance de contra-argumentar." Sobre o vereador de Bragança, afirmou: "Ele perdeu por dois a um. Minha tese saiu vencedora. É questão técnica".

E admite que conversou com Furukawa. "Posso ter cometido deslize de falar que alguém estaria julgando de outra forma. Daí a ser acusado de pedir propina é estranho. A vida é cheia dessas coisas. A verdade prevalecerá." / F.M.

04 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Câmara desafia

Barbosa e cria

quatro tribunais

Em oposição ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, e ao governo, a Câmara aprovou ontem a criação de mais quatro tribunais regionais federais – em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus. Os novos tribunais terão de ser instalados no prazo de seis meses após a promulgação da emenda constitucional. A proposta já passou por todas as votações na Câmara e no Senado. A despesa criada com a aprovação do projeto é considerada pelo governo como “incalculável”.

Os deputados aprovaram a emenda duas semanas após o encontro entre Barbosa e os presidentes da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no qual o presidente do STF se mostrou preocupado com o crescimento desordenado da Justiça Federal. Barbosa alertou, antes da votação, que a criação dos tribunais terá um impacto orçamentário que não pode ser desprezado. “Essa ampliação gigantesca da estrutura pública implicará enormes custos permanentes e sempre crescentes ao erário”, observou.

“Não vai ser o Supremo que vai dizer o que a gente vai votar aqui ou não”, disse o vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), defensor da proposta e de um Estado beneficiado pela emenda. O placar teve 371 votos a favor, 54 votos contrários e 6 abstenções.

04 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STF pode livrar empresas de cobrança bilionária

Tribunal julga inconstitucional cobrança de impostos sobre lucros obtidos no exterior, mas decisão ainda não foi proclamada pela Corte

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a cobrança de Imposto de Renda e de Contribuição Social do Lucro Líquido (CSLL) sobre lucros obtidos por empresas com sede no Brasil que possuam controladas no exterior ou estejam coligadas com outras empresas fora do País. No entanto, o tribunal não proclamou o resultado do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e mantém suspenso o destino do caso.

O presidente do tribunal, ministro Joaquim Barbosa, havia pautado o julgamento da ADI, cujo julgamento se arrasta desde 2003, e dois recursos extraordinários que começariam a ser analisados e teriam o condão de zerar o placar. Para o governo, um julgamento começando do zero daria um fôlego, pois adiaria a decisão, cujo impacto é bilionário, e garantiria o voto dos novos ministros da Corte que não participaram das fases anteriores do processo. Desde que começou o julgamento da ADI, seis ministros deixaram a Corte.

Na sessão de ontem, Joaquim Barbosa proferiu o último voto para encerrar o julgamento da ADI. Ele considerou que as empresas coligadas que não estejam em paraísos fiscais não podem ter os lucros tributados.

Entretanto, mesmo dando o último voto, Barbosa não quis proclamar o resultado da ADI.

Tributos. Na opinião do presidente, seria melhor considerar o julgamento dos recursos extraordinários, começando do zero, do que concluir a análise

● **Cálculo**
R\$ 30 bi
é quanto está sendo cobrado da Vale pela Receita Federal

R\$ 36,6 bi
é quanto a causa deve representar em impostos

da ADI. “O julgamento da ação direta não nos dá resultado algum”, disse o presidente durante a sessão. Uma das razões seria a existência de votos em diferentes sentidos e com argumentos distintos contra a cobrança dos tributos.

Durante o julgamento, três ministros cobraram a conclusão da ação. Afinal, o resultado teria efeitos sobre os demais processos. Dias Toffoli, por exemplo, argumentou que havia maioria para, pelo menos, julgar inconstitucional a cobrança de tributos sobre os lucros de empresas coligadas que não estejam em paraísos fiscais.

As outras questões, como a incidência de tributos sobre o lucro de empresas controladas ou se a decisão valeria para o futuro apenas, seriam decididas nos julgamentos dos outros recursos.

Os ministros decidiram adiar o julgamento para a próxima semana na tentativa de achar uma solução para o caso. Se os ministros considerarem que não há maioria para concluir o julgamento da ADI, o tribunal deixaria a ação de lado e passaria a julgar os recursos extraordinários.

O assunto interessa a grandes companhias, como a Vale, que trava na Justiça uma briga contra a cobrança de cerca de R\$ 30 bilhões da Receita Federal. A causa deve representar R\$ 36,6 bilhões em impostos, segundo cálculos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vistos como subestimados, já que apenas a mineradora Vale já possui valor próximo a esse em disputa.

04 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça aceita denúncia contra 8 por tragédia de Santa Maria

O juiz Ulysses Fonseca Louzada, da 1.ª Vara Criminal de Santa Maria, acolheu ontem denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul e abriu processo criminal contra os quatro acusados pela tragédia da boate Kiss e outros quatro envolvidos posteriormente com o caso, por fraude processual e falso testemunho.

Agora na condição de réus, os oito serão citados e terão dez dias para se manifestar. Na sequência haverá análise do Ministério Público e depois as audiências de instrução, com testemunhas de acusação e defesa. O magistrado espera levar o caso a júri popular até o fim do ano.

O incêndio ocorreu na madrugada de 27 de janeiro e deixou 241 mortos. Segundo a investigação policial, um sinalizador atingiu a espuma do isolamento acústico da casa, que queimou rapidamente produzindo a fumaça tóxica que matou a maioria das vítimas. A boate estava superlotada e não tinha saídas de emergência e nem funcionários treinados para lidar com a situação.

Os sócios da empresa que administrava a Kiss, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, e os integrantes da banda Gurizada Fandangueira, que fez o show pirotécnico, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, estão presos preventivamente e responderão por homicídio doloso, com dolo eventual, qualificado.

Outros quatro envolvidos são acusados de crimes menores e podem evitar que o processo vá até o julgamento deles. Para os

bombeiros Gerson da Rosa Pereira e Renan Berleze – que teriam cometido fraude processual pela inclusão de documentos na pasta do plano de prevenção de incêndios da Kiss depois da tragédia – há a possibilidade de suspensão condicional do processo mediante o compromisso de, por exemplo, prestar serviços comunitários.

O ex-sócio da Kiss Elton Cristiano Uroda e o contador Volmir Astor Panzer podem se livrar da acusação de falso testemunho se apresentarem retratação à Justiça. Eles foram denunciados porque, em depoimento à polícia, disseram que Eliseo Spohr, pai de Elissandro, não tinha relações com a boate, mas a investigação achou indicativos de que era um sócio oculto da casa.

Também atendendo ao pedido do Ministério Público, o juiz determinou que a Polícia Civil faça novas investigações da conduta de Ângela Callegaro e Marlene Callegaro – respectivamente irmã e mãe de Elissandro e sócias formais da boate –, do secretário municipal de Mobilidade Urbana, Miguel Caetano Passini, e do chefe da Fiscalização da mesma secretaria, Beloyannes Orenge de Pietro Júnior.

04 ABR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Acusados de matar extrativistas vão

a júri no Pará

Acusados de matar o casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo Silva, em maio de 2011, no sudeste do Pará, os irmãos José Rodrigues Moreira e Lindonjonson Silva Rocha, além de Alberto Lopes do Nascimento, começaram a ser julgados ontem pelo Tribunal do Júri, em Marabá.

Segundo a acusação, o casal, conhecido por defender a floresta amazônica e combater a grilagem de terras, foi assassinado porque denunciou a compra ilegal, por Moreira, de um lote que era ocupado por três famílias de agricultores. A previsão é que o julgamento seja encerrado esta noite.

Cerca de 300 manifestantes e observadores internacionais ligados aos direitos humanos se revezavam ontem no salão de julgamento, que tem capacidade para apenas 80 pessoas.

A primeira testemunha de acusação a ser ouvida foi a irmã de Maria do Espírito Santo, Laísa Santos Sampaio, que denunciou um sistema de grilagem de terra na região.

A promotoria vai pedir a condenação dos acusados a pena máxima por homicídio triplamente qualificado, que envolveu motivo torpe, meio cruel – uma das orelhas de José Cláudio foi cortada – e recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa das vítimas. Os advogados de Moreira, Rocha e Nascimento argumentam que as provas colhidas no local do crime e a peça de acusação do Ministério Público são frágeis e serão desmontadas durante os debates.

SÔNIA RACY

“Níver”

Dia 17 fará sete anos que **Franzenildo dos Santos Costa** entrou na Justiça Federal pedindo indenização pela quebra ilegal de seu sigilo bancário.

Embora a Caixa tenha sido condenada, em setembro de 2010, a pagar ao ex-caseiro R\$ 500 mil por danos morais, até hoje o pivô da queda de **Antonio Palocci** não viu a cor do dinheiro.

04 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ decide manter médica em liberdade

O juiz Daniel Surdi de Avelar, do 2º Tribunal do Júri de Curitiba, encaminhou ao Tribunal de Justiça do Paraná o processo contra a médica Virgínia Soares de Souza, acusada de matar pacientes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba. Os desembargadores decidiram mantê-la em liberdade após analisar o pedido do Ministério Público para revogar o habeas corpus.

No parecer encaminhado aos desembargadores, o juiz explicou os motivos pelos quais decidiu conceder a liberdade de Virgínia, enquanto o processo for julgado.

Em nota, o advogado de defesa de Virgínia, Elias Mattar Assad, disse que “a prisão preventiva na atualidade somente se justifica



Virgínia Souza vai continuar em liberdade enquanto o processo corre

quando o acusado se porta de maneira inconveniente em relação a instrução criminal e sua cliente, além de reunir os requisitos legais, está cumprindo com todos os seus deveres de acusada e se apresentando em Juízo”.

04 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Gaeco prende dois delegados de Curitiba

Políciais são acusados de corrupção, mas foram presos por porte ilegal

Políciais do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) encontraram U\$ 98 mil dólares na casa do delegado Luiz Carlos de Oliveira, titular da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), responsável pelas principais delegacias de Curitiba, considerado um dos homens-fortes da Polícia Civil. O dinheiro foi apreendido na casa dele e faz parte da Operação Vortex, deflagrada na manhã de ontem, em Curitiba.

O delegado está preso junto com o delegado Gerson Machado, do 6º Distrito Policial (6º DP), e o investigador Aleardo Riguetto, também do 6º DP. Os três são suspeitos de envolvimento em um



O delegado Luiz Carlos de Oliveira foi preso por porte ilegal de armas

esquema de corrupção com receptação de peças de veículos roubados. Eles foram também autuados em flagrante por porte ilegal de armas de uso restrito, além de munições.

De acordo com o coordenador do Gaeco, Leonir Battisti, as investigações começaram há oito meses baseadas em denúncias de que policiais estariam cobrando propina para livrar autope-

ças de flagrante por receptação. “Isso é um indicativo. Em princípio, conseguimos mandados de busca e apreensão da justiça. Temos argumentos e provas fortes”, disse Battisti.

04 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS



A morte de Rachel Genofre permanece um mistério para a polícia

Preso no RJ é investigado no caso Rachel

A Delegacia de Homicídios de Curitiba pediu a coleta do material genético de um homem preso no Rio de Janeiro para comparar com o DNA do criminoso procurado pelo assassinato de Rachel Genofre, encontrada morta na Rodoferroviária de Curitiba, em novembro de 2011. De acordo com o delegado Rubens Recal-

catti, assim que receberam a informação deste paranaense preso na capital carioca, foi feito o pedido.

Segundo o delegado nada pode ser descartado na investigação e este é um fato novo. "Nós queremos chegar ao responsável e a vontade é muito grande para isso, mas temos muitos passos pela frente", afirmou.

04 ABR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Criação do TRF no Paraná é aprovada

Com 371 votos favoráveis e 54 contrários, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões (Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Bahia). A matéria segue para promulgação.

Coordenador no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criação dos Novos TRFS, o senador Sérgio Souza (PMDB/PR) comemorou a decisão e disse que o Paraná vive um dia histórico com a votação da matéria. “A PEC tramita desde 2002. Essa é uma vitória do nosso mandato para o povo do Paraná, que tanto merece um tribunal regional federal em Curitiba”, afirmou o senador.

Segundo Sérgio Souza, desde que a Frente foi criada no final de 2011, por sugestão do deputado federal Amauri Teixeira (PT), coordenador na Câmara, deputados e senadores dos quatro estados envolvidos se mobilizaram para pedir a inclusão da PEC na pauta de votações do plenário da Casa.

04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça mantém liberdade de médica



Virgínia saiu da cadeia dia 20 e é defendida por Elias Assad.

O advogado Elias Mattar Assad confirmou ontem que o juiz da 2.^a Vara do Tribunal do Júri Daniel Surdi de Avelar negou o pedido do Ministério Público para revogar a liberdade da médica Virgínia Helena Soares de Souza, suspeita de sete homicídios duplamente qualificados, na UTI Geral do Hospital Evangélico.

O promotor Paulo Lima, do MP, que entrou com o pedido, não quis se pronunciar sobre a decisão, alegando que ainda não foi informado do despacho e não poderia falar com base em informações de uma rede social usada pelo advogado de defesa.

Recurso

Elias acredita que o MP não deva recorrer da decisão. “Para ela voltar a ser presa, não basta perigo hipotético, tem que haver perigo real. Não basta suspeitar que o réu fará algo errado, ele tem que fazer algo errado para ser preso. Acredito que, com este despacho, se consolida o direito de ela responder em liberdade”, afirmou Elias.

Virgínia é acusada de ter antecipado a morte de sete pacientes da UTI do Hospital Evangélico e de formação de quadrilha. Outros três médicos, três enfermeiros e uma fisioterapeuta também são acusados de participação no crime. Virgínia ficou presa por um mês e, em 20 de março, teve sua prisão preventiva revogada.

04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Veículos I MP investiga corrupção policial, mas prende dois delegados e investigador por porte de arma

Policiais vão em cana



Luiz Carlos chefiava divisão e Riqueto estava lotado no 6.º DP.

Dois delegados e um investigador da Polícia Civil foram presos no início da manhã de ontem, na Operação Vortex, do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual. A investigação, iniciada há mais de oito meses, apura denúncias de corrupção na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV) e na Divisão de Crimes contra o Patrimônio (DCCP).

Apesar de as investigações sobre corrupção, os delegados Gerson Machado (titular do 6.º Distrito Policial), Luiz Carlos de Oliveira (chefe da DCCP) e o investigador Aleardo Righetto (6.º DP) foram presos por porte ilegal de arma de fogo e munição de uso restrito. Na casa de Machado, foram recolhidos um revólver calibre 38 e uma pistola calibre 45. Ele disse ter sido presente de um amigo e são utilizadas há mais de 20 anos no serviço policial.

Na residência de Luiz Carlos, também membro do Conselho da

Polícia Civil, foram apreendidos R\$ 98 mil dólares. O dinheiro, segundo o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, não tem declaração fiscal. O delegado alegou que o dinheiro foi obtido em jogos em cassinos.

Mandados

Foram cumpridos 18 mandados de busca e apreensão, três deles na DFRV, no 6.º DP (onde trabalham investigadores que já estiveram na DFRV), e na DCCP. Também foram cumpridos mandados em residências e empresas de pessoas ligadas a desmanches de carros.

“A finalidade é pegar documentos, dinheiro e computadores que possam comprovar a corrupção. Já temos provas substanciais”, afirma Batisti. “A investigação pretende descobrir se estas autoridades estavam recebendo para promover esquema de roubo e desmanche de carros em vez de combatê-los”.

Entre os investigados está o empresário Milton Stigler, que foi denunciado ao Gaeco pelo

próprio delegado Machado, como mandante de um grande esquema de roubo e receptação de carros para desmanche.

Armas

De acordo com o delegado Alfredo Dib Júnior, da Delegacia de Explosivos Armas e Munições, qualquer pessoa pode ter quantas armas quiser, entretanto, é necessário o registro. “Não há limites, desde que haja o registro junto à Polícia Federal. Qualquer um que for pego com arma ilegal está sujeito a ser preso”, explicou.

CONTINUA

04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Investigação continua

Delegados e investigadores que passaram pela DFRV serão ouvidos nesta semana. Há suspeitas que, por vários anos, as equipes cobravam dinheiro para "fazer vistas grossas" e interferir nas investigações, para impedir a produção de provas contra crimes relacionados a furtos,

roubos e receptação de veículos. Este dinheiro seria dividido entre investigadores, os delegados da DFRV e o titular da DCCP, delegado Luiz Carlos, segundo o Gaeco.

Os dois delegados e o investigador continuam presos sob custódia da Corregedoria da Polícia Civil

e, de acordo com Batisti, não cabe fiança.

Chefias

Segundo a assessoria da Polícia Civil, o 6.º DP passou a ser chefiado pelo delegado Geraldo Celezinski, que acumulará a função de chefe do 5.º DP. O cargo de Luiz Carlos na DCCP, deve ficar vago por enquanto. (FD e JA)

Três expulsões no interior

Roberto Ramires (foto), presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia (Sipol), esteve no Gaeco para prestar apoio para o investigador Righetto. Ele lembrou que, nesta semana, três investigadores do interior do Paraná foram expulsos da corporação acusados de extorsão, através de um julgamento realizado por integrantes do Conselho da

Polícia Civil, da qual fazia parte Luiz Carlos de Oliveira.

"Quem julgou foi um delegado que está sendo ouvido em razão de uma busca e apreensão na casa dele. É ruim para toda a comunidade policial quando tem pessoas do Conselho da Polícia Civil



que são investigadas. Todo mundo quer um julgamento justo, por uma pessoa de moral mais elevada que ela", afirma. Luiz Carlos já

havia sido denunciado pelo Gaeco em outro processo, que investigava uso indevido de viaturas para atividades particulares.

CONTINUA

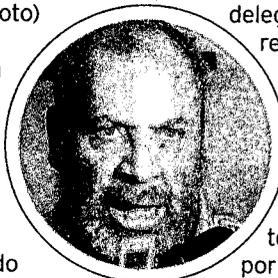
04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Delegado afirma ser perseguido

Gerson Machado (foto) alegou que é perseguido dentro da polícia. Em suas declarações ele dá a entender que há envolvimento entre policiais civis e criminosos e que ele está sendo denunciado como represália.



Machado passou apenas seis meses no comando da DFRV. Neste período, indiciou em cinco inquéritos policiais Milton Stigler que, segundo ele, é o maior receptador de veículos furtados e roubados de toda a região de Curitiba, e atua em Araucária. O delegado garante que pediu a prisão de Stigler pelo menos três vezes para a Justiça de Araucária e uma vez em Curitiba, e que apenas um pedido foi deferido, por apenas dez dias.

A transferência de Machado para o 6.º DP aconteceu logo depois de operação frustrada de tentativa de prisão de Stigler. Assim que deixou a DFRV, Machado enviou uma nota à imprensa dizendo que Luiz Carlos de Oliveira "veio com um pedido relacionado a lojas de autopeças", o qual ele disse que não iria atender por ser contra seus princípios. Ele também escreveu que acreditava que foi transferido porque Stigler afirmou estar sendo perseguido por ele.

Sindicância

Por causa desta nota, segundo ele, foi instaurada sindicância contra Machado na Corregedoria da Polícia Civil. Pouco tempo depois, também foi instaurado um processo administrativo contra ele, pela atuação de um estagiário como policial civil.

"Por causa dessa investigação desse bandido eu fui transferido da delegacia", desabafa o

delegado. Já no 6.º DP, ele recebeu um ladrão de carros que teria levado vários veículos para Stigler, mas não recebeu R\$ 40 mil de pagamento. O rapaz teria cobrado Stigler e por isso, recebido ameaças de morte.

"Ele colocou no papel quem são as pessoas que o Milton Stigler mandou matar em Curitiba e na região metropolitana por envolvimento com a receptação de veículo furtado e roubado", relatou Machado. O delegado afirmou que entregou cópia do depoimento na corregedoria e na Divisão de Crimes contra o Patrimônio. "Não sei quais providências eles tomaram. Fiz ofício para o Conselho da Polícia Civil, pedindo para que um delegado especial investigasse a atividade criminosa dele e dos policiais que por ventura tenham envolvimento com ele. Mandeí meus policiais levarem este cidadão para ser ouvido pelos promotores do Gaeco", conta o delegado.

Aposentadoria

Machado disse que afastou dez policiais do serviço da DFRV, e que assim que ele foi transferido para o 6.º DP estes policiais teriam retornado para lá. Machado lamentou que, apesar de ter colaborado com as investigações do Gaeco, foi preso por porte ilegal e ainda é investigado por envolvimento em corrupção da DFRV.

"Estou enjoado. Desde a minha transferência da DFRV eu enojei, perdi a vontade de trabalhar, de produzir. Depois dessa palhaçada que fizeram comigo eu vou pedir a minha aposentadoria", lamenta.

04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Caso Rachel

Delegacia pede exame de DNA de paranaense detido por aliciar meninas em porta de colégio

Suspeito

preso no Rio

Elaine Felchacka

A Delegacia de Homicídios, nas investigações da morte da menina Rachel Maria Lobo Oliveira Genofre, de 9 anos, vai entrar com pedido de teste de DNA de um homem preso no Rio de Janeiro. O suspeito, natural do Paraná, foi detido em 2009, por aliciar meninas em frente a escolas na capital fluminense.

“Um policial de lá me informou deste homem. Ele não tem o perfil do suspeito, mas como é um pedófilo e estava atrás de meninas nos colégios e é aqui do Paraná, vamos fazer o exame”, explicou o delegado Rubens Recalcatti, da DH.

A coleta do material para o exame, que será confrontado com o colhido no corpo da menina, será



Rachel foi morta em 2008.

feita pela divisão do centro de perícias do IML do Rio de Janeiro, a pedido do Instituto de Criminalís-

tica do Paraná. O contato direto entre os dois setores vai agilizar o processo.

União

Segundo o delegado, a união de vários setores da polícia tem ajudado a investigação a ganhar força. “Estamos conseguindo um abraçamento de todas as áreas. Os peritos cariocas estão vindo verificar o inquérito e o policial que ligou, preocupado, antes que o pedófilo seja solto, são atitudes que reforçam a união”, comentou Recalcatti.

Raquel desapareceu em 3 de novembro de 2008 e foi encontrada morta dois dias depois. O corpo da menina estava em uma mala abandonada embaixo de uma escadaria na rodoferroviária de Curitiba.

04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Casamento gay está valendo

Cartórios de todo o Paraná já podem realizar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo. Decisão do Tribunal de Justiça autorizou o casamento homoafetivo no Estado. Todo o procedimento no cartório é o mesmo para o casamento heterossexual. Os cartórios estão sendo notificados para que cumpram a determinação, que seguiu o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto.

“A habilitação para o casamento homoafetivo vai acontecer normalmente. Não difere em nada. É preciso entregar a documentação necessária, incluindo a declaração das testemunhas. O processo começa a correr após a entrega da documentação correta. Cerca de 15 dias depois é possível marcar o casamento”, explica Ricardo Leão, diretor de registro civil da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR). De acordo com ele, ainda não é possível mensurar como será a procura no serviço de casamentos pelos casais homoafetivos, mas os cartórios aguardam grande movimentação.

A decisão judicial também permite a conversão da declaração de união estável em casamento sem necessidade de autorização judicial. Até a semana passada, a nova documentação era emitida apenas com parecer de um juiz.

Conquista

Para Thom Cris Paiva, presidente da Associação Paranaense da Parada da Diversidade, a decisão do Tribunal de Justiça foi uma grande conquista para gays, lésbicas e transexuais de todo o Paraná. “Agora vem o reconhecimento de direitos. Muitos direitos eram acessados apenas por via judicial”, avalia. Paiva acredita que a decisão vai estimular a procura pelo serviço nos cartórios. “Existia pouca procura porque havia desestímulo pela dificuldade”, comenta.

04 ABR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Oito vão responder por tragédia em boate

O juiz Ulysses Louzada, da Primeira Vara Criminal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, acatou integralmente a denúncia do Ministério Público do Estado no caso da boate Kiss. O juiz também acolheu a denúncia de outras quatro pessoas no caso, mas por crimes praticados durante a investigação.

Dessa forma, Elissandro Callegaro Sphor, Mauro Londero Hoffmann, ambos proprietários da boate, Marcelo de Jesus dos Santos, vocalista da banda Gurizada Fandangueira, e Luciano Augusto Bonilha Leão, produtor e auxiliar de palco do grupo musical, passam a responder pelos crimes de homicídio doloso, com dolo eventual, qualificado, e também por tentativa de homicídio. De acordo com o juiz, caberá ao tribunal do júri de Santa Maria analisar o caso.

Depois

Os bombeiros Gerson da Rosa Pereira e Renan Severo Berleze foram denunciados pelo MP por fraude processual - a promotoria alega que ambos incluíram documentos na pasta do Plano de Prevenção de Incêndio da boate após o incêndio. Elton Cristiano Uroda (ex-sócio da boate) e o contador Volmir Astor Panzer passam a responder por falso testemunho. De todos os acusados, Volmir é o único que não constava como indiciado no inquérito da Polícia Civil.

Faisca

Em 27 de janeiro, o fogo provocado por uma faisca liberada por um artefato pirotécnico durante show da banda, em contato com a espuma do revestimento acústico da boate, liberou gases tóxicos que asfixiaram as vítimas, segundo inquérito da Polícia Civil. Morreram 241 pessoas e mais de 600 ficaram feridas.

04 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

TJ REJEITA PRISÃO DE EX-CHEFE DE UTI DO EVANGÉLICO

O Tribunal de Justiça do Paraná decidiu ontem manter em liberdade a médica Virgínia Soares de Souza, acusada de antecipar mortes em pacientes da UTI do Hospital Evangélico de Curitiba. Ela foi solta no dia 20 de março, depois de conseguir a revogação de prisão e o Ministério Público recorreu da determinação. Virgínia passou pouco mais de um mês detida.

CASO VIRGÍNIA

Juiz rejeita nova prisão preventiva

A médica Virgínia Helena Soares de Souza, acusada pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) de antecipar mortes em uma das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, vai responder ao processo em liberdade. Ontem, o Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri de Curitiba, Daniel Surdi de Avelar, não acatou o recurso para nova prisão contra ela. O pedido foi feito pelo MP-PR, logo após ela conseguir deixar a prisão no dia 20 de março.

A informação partiu do

advogado de defesa de Virgínia, Elias Mattar Assad. O advogado considerou que o Juiz agiu de maneira técnica, pois não há motivos para que Virgínia foi presa novamente, e voltou a afirmar que sequer haja prova da existência de fato criminoso contra sua cliente.

“A prisão preventiva na atualidade somente se justifica quando o acusado se porta de maneira inconveniente em relação a instrução criminal e sua cliente, além de reunir os requisitos legais, está cumprindo

com todos os seus deveres de acusada e se apresentando em Juízo. A tese do Ministério Público, baseada em perigo abstrato, já foi repelida pelos tribunais em outros casos segundo o advogado”, disse Assad.

Virgínia foi presa no dia 19 de fevereiro pelo Núcleo de Repressão aos Crimes contra a Saúde (Nucrisa) da Polícia Civil, acusada de antecipar mortes de pacientes da UTI do Evangélico de Curitiba. Após passar 29 dias presa, teve sua prisão preventiva revogada no dia 20 de março.

04 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

VORTEX

Operação vai avançar em SEGREDO DE JUSTIÇA

Gaeco prendeu dois delegados e cumpriu 18 mandados de busca

e apreensão em Curitiba

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e a Corregedoria da Polícia Civil cumpriram, ontem, 18 mandados judiciais de busca e apreensão, em Curitiba e na Região Metropolitana, durante a chamada Operação Vortex. Três policiais civis foram presos em flagrante, por porte de armas sem registro. Com um dos detidos foram apreendidos US\$ 98 mil, além de munição de uso restrito. O Ministério Público avisou que as investigações seguirão em segredo de Justiça. "Temos argumentos e provas fortes", disse o coordenador do Gaeco, Leonir Battisti.

As investigações do Gaeco foram iniciadas há oito meses, com o objetivo de apurar suposta corrupção na polícia e, ainda, ilegalidades relacionadas a desmanche de veículos. A operação teve como foco a Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e o 6º Distrito Policial. Os mandados foram cumpridos nessas unidades, casas de policiais e de comerciantes de ferro-velho, e também abrangeram estabelecimentos de revenda de peças de veículos usadas.

Foram presos em flagrante dois delegados e um investigador. Mas as prisões aconteceram porque, durante o cumprimento dos mandados, foram encontrados armas de uso restrito e munições. De tarde, o Departamento da Polícia Civil (DPC) divulgou nota sobre as investigações do Gaeco.

"As prisões de dois delegados, na manhã desta quarta-feira (ontem), em Curitiba, ocorreram por porte ilegal de arma e munições, sendo apreendido na residência de um deles dinheiro em espécie. O Departamento da Polícia Civil informa também que a investigação do Gaeco, que gerou os mandados de busca e apreensão em casas e locais de trabalho dos envolvidos, ainda está em fase embrionária, motivo pela qual a Polícia Civil aguarda a conclusão das diligências", diz a nota.

O delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius da Costa Michelotto, reiterou na nota que o Departamento da Polícia Civil está colaborando com as investigações através da Corregedoria Geral da Polícia Civil e que qualquer irregularidade constatada será imediatamente apurada no âmbito administrativo.

Battisti informou que muito material foi apreendido durante a operação. Computadores, agendas e blocos apreendidos nas delegacias e nas casas dos delegados passarão por perícia. Porém ele reiterou que a prisão dos policiais não tem relação com a investigação de extorsão feita pelo Gaeco.

04 ABR 2013

JORNAL DO ESTADO

TRF do Paraná

A Câmara Federal aprovou ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição que cria mais quatro tribunais regionais federais (TRFs) por meio do desmembramento dos cinco já existentes. Entre eles está prevista a criação do TRF do Paraná e de mais três estados: Minas Gerais, Bahia e Amazonas. A medida é uma reivindicação antiga de lideranças locais, já que atualmente os processos do estado tramitam no tribunal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre (RS). A matéria deverá ser promulgada em sessão solene do Congresso, em data a ser marcada. O texto foi aprovado por 371 votos a 54 e 6 abstenções.

Desafogo

O objetivo da PEC, defendida por juízes e procuradores, é desafogar a Justiça Federal. Dados de 2011 do Relatório de Atividades do TRF da 1ª Região mostram que as varas da seção de Minas Gerais tiveram cerca de 98 mil processos distribuídos, naquele ano; enquanto a Bahia teve 45 mil; o Amazonas, 15 mil; Rondônia, 14 mil; e Acre e Roraima, menos de 5 mil cada um. Juntos, esses seis estados respondem por quase 50% dos processos distribuídos. Com a PEC, Minas Gerais terá um tribunal somente para o estado (7ª Região), assim como acontecerá com São Paulo (3ª Região) após a transferência do Mato Grosso do Sul para o TRF da 6ª Região, o qual também terá Paraná e Santa Catarina, ambos migrados da 4ª Região.

Boate Kiss

O juiz Ulysses Fohseca Louzada, da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, aceitou ontem a denúncia do Ministério Público contra oito envolvidos no incêndio na Boate Kiss. Com isso, os acusados passam a ser considerados réus no processo criminal e serão julgados por tribunal do júri em Santa Maria. Com a decisão, os sócios-proprietários da boate, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, e os músicos da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, responderão pelo crime de homicídio doloso qualificado – quando há intenção ou se assume o risco de matar.

RÁPIDA

MP-PR em Cerro Azul

O Ministério Público promove hoje audiência pública em Cerro Azul, a partir das 19 horas. O objetivo é discutir com a comunidade e com o poder público questões de saúde e educação voltadas à área infanto-juvenil. Durante a audiência será assinado Termo de Ajustamento de Conduta em que a Prefeitura se comprometerá a dar prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes do município, inclusive na destinação de orçamento público para projetos na área.

Câmara Federal aprova criação de TRF no Paraná, por 371 x 54 votos

A Câmara dos Deputados aprovou em segunda discussão ontem a Proposta de Emenda Constitucional 544/02, que cria um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná além de Amazona, Minas Gerais e Bahia. Ao final da votação, o placar exibido foi de 371 votos a favor contra 54 votos desfavoráveis além de seis abstenções. A proposta precisava de no mínimo 308 votos a favor para ser aprovada. Agora, a matéria deverá ser promulgada em sessão solene do Congresso, em data a ser marcada.

IMPASSE

No meio da discussão o deputado de São Paulo, José Genoíno questionou a votação. Para ele, como já tinha ocorrido uma alteração na proposta na Câmara havia a clara necessidade de o texto voltar ao Senado.

Porém o deputado, também pe-tista, André Vargas, que presidiu a sessão, consultou a assessoria jurídica da Câmara e decidiu que, como se tratava de uma simples alteração de redação, não era mais necessário que a PEC voltasse ao Senado.

Durante a semana, o presidente do STF enviou comunicados para os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, se dizendo extremamente preocupado com a possibilidade de aprovação da proposta de emenda constitucional que cria quatro novos Tribunais Federais Regionais (TRFs) no País.

Para ler a proposta na íntegra acesse: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=54307>

OAB defende proposta que cria novos TRFs

O presidente nacional em exercício da Ordem dos Advogados do Brasil, Claudio Lamachia, classificou como indispensável a instalação de quatro novos Tribunais Regionais Federais no país. "A capacidade instalada hoje do Judiciário não tem dado mais conta da demanda processual. Estamos a um passo do colapso", afirmou, ao participar de ato público, na Câmara dos Deputados, em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 544/2002, que cria os TRFs das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, com sedes em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus.

Para Lamachia, a falta de estrutura da Justiça Federal em diversos estados, aliada ao alto número de processos em tramitação, impede o devido funcionamento do Judiciário, o que viola a Constituição Federal. "Uma prestação jurisdicional célere e efetiva é direito do cidadão, assim como é saúde, educação e segurança", ressaltou. Ele ainda criticou as propostas de criação de mecanismos para frear a apresentação de recursos processuais, como solução para desafogar o Judiciário.

04 ABR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Um avanço para a Justiça paranaense

Finalmente teve fim o anseio que já durava muitos anos. A criação do Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná foi uma medida defendida durante anos por diversos setores da sociedade e que, só agora, foi aprovada na Câmara dos Deputados. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) criou os TRFs no Paraná, Amazonas, Minas Gerais e Bahia. Agora haverá nesses estados um ambiente de maior acesso à Justiça, beneficiando toda a população.

Até a aprovação, a região Sul do país era contemplada pelo TRF com sede em Porto Alegre. A existência de um tribunal no Paraná evitará o transtorno dos cidadãos que precisam se deslocar para o Rio Grande do Sul.

Opinões contrárias à medida são facilmente descartáveis, uma vez que está em jogo a facilitação da vida de centenas de brasileiros que não têm condições de levar um advogado para o Rio Grande do Sul. Felizmente houve o apoio em massa das nossas entidades de classe e sociedade civil, que agora comemoram este avanço para a Justiça paranaense.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Devedores de custas processuais terão nomes negativados

Devedores de custas processuais finais com débitos inscritos na dívida ativa do Estado do Maranhão terão seus nomes negativados junto aos órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA). Dados do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) apontam que, de 2010 até setembro de 2012, cerca de 2.560 certidões de débito foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, totalizando R\$ 844.977,07. A cobrança é autorizada pela Lei Federal nº 12.767/2012, que inclui entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos estados, Distrito Federal, municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas. O devedor que quiser pagar a dívida após a notificação do cartório, ou mesmo após o protesto, poderá fazê-lo desde que pague o valor do débito, os emolumentos cartorários e as despesas com o protesto, a fim de que seu nome seja retirado dos órgãos de proteção ao crédito. Disciplinada pela Resolução 29/2009 do TJMA, a cobrança é aplicada somente para custas processuais finais com valor superior a R\$ 200,00 na entrância final; a R\$ 100,00 na entrância intermediária; e a R\$ 50,00 na entrância inicial. "Quando as custas finais importam em valores inferiores aos mencionados, o contador judicial lança os dados da dívida em sistema informatizado, autorizando eletronicamente a baixa e o arquivamento do processo", diz a diretora do FERJ. A inclusão na dívida ativa é feita somente após a notificação do devedor através de carta para pagamento do débito no prazo de 30 dias.

Justiça aceita denúncia contra envolvidos no incêndio da Boate Kiss

O juiz Ulysses Fonseca Louzada, da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, aceitou a denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) contra oito envolvidos no incêndio na Boate Kiss, encaminhada ontem à Justiça. Com isso, os acusados pelo MP-RS passam a ser considerados réus no processo criminal e serão julgados por tribunal do júri em Santa Maria. Os advogados de defesa têm dez dias para se manifestar.

Com a decisão de Louzada, os sócios-proprietários da boate, Elissandro Callegaro Spohr e Mauro Londero Hoffmann, e os músicos da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, responderão pelo crime de homicídio doloso qualificado, quando há intenção ou se assume o risco de matar. Por ser qualificado, quando é cometido com agravantes, há o aumento da pena.

Já os bombeiros Renan Severo Berleze e Gerson da Rosa Pereira, o ex-sócio da Kiss Elton Cristiano Uroda e Volmir Astor Panzer, funcionário do pai de Elissandro Spohr, responderão por fraude processual e falso testemunho. O juiz de Santa Maria também determinou o arquivamento das investigações relativas a cinco pessoas. Sobre três delas - Ricardo de Castro Pasche, gerente da boate; Luiz Alberto Carvalho Junior, secretário municipal do Meio Ambiente; e Marcus Vinícius Bittencourt Biermann, chefe do Setor de Cadastro da Secretaria Municipal de Finanças, que emitiu o alvará de localização da boate, os promotores alegaram não terem encontrado elementos que indiquem participação no crime.

04 ABR 2013

O magistrado também decidiu arquivar as investigações relativas aos bombeiros responsáveis pela fiscalização, Vágner Guimarães Coelho e Gilson Martins Dias. Eles foram indiciados pela polícia por homicídio doloso, mas o MP entendeu que deveriam responder por homicídio culposo - quando não há intenção de matar - na Justiça Militar.

Casamento civil homoafetivo passa a valer no Paraná

A Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no estado, assim como a conversão da união estável em casamento civil. O ato normativo foi publicado no Diário da Justiça na terça-feira (02/04).

Segundo a associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg), todos os cartórios do estado já foram notificados e estão habilitados a realizar o casamento civil homoafetivo. A entidade explicou que, na prática, o que irá mudar será a não dependência da autorização do juiz da comarca local para a realização do casamento.

O ato normativo foi assinado pelo corregedor Eugênio Achille Grandinetti. A autorização foi baseada no artigo 1.525 da Lei Federal nº 10.406/2002, o mesmo que baseou o Supremo Tribunal Federal (STF) no reconhecimento da união estável homoafetiva em maio de 2011.

METRO 04 ABR 2013

Operação do Gaeco prende dois delegados e um investigador

Curitiba. Eles são suspeitos de envolvimento em crimes de extorsão dentro da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e foram detidos em flagrante por porte ilegal de armas ontem pela manhã.

O Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) prendeu ontem os delegados Gérson Machado e Luiz Carlos de Oliveira e o investigador de polícia Aleardo Riguetto, investigados por suspeita de extorsão na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos. Os três foram presos em flagrante por porte ilegal de armas ontem pela manhã.

“As armas são de uso restrito e não estavam registradas. A lei diz que é ilegal, por isso as prisões”, afirmou o coordenador estadual do Gaeco, Leonir Battisti, que coordena a operação batizada de Vortex.

De acordo com o MP-PR (Ministério Público do Paraná), as investigações começaram há oito meses, com o objetivo de apurar denúncias de corrupção dentro da Polícia e ilegalidades relacionadas a desmanche de veículos.

As investigações apontam que os policiais faziam fiscalização nas autopeças de Curitiba e pediam dinheiro para os empresários. “Essas sucessivas visitas e essa linha dura era para depois abrir a possibilidade de algum acerto. Consta que esse setor é especialmente sensível a esses acertos, e é isso que estamos apurando”, explicou Battisti.

Mandados

No total, foram cumpridos



Chegada do delegado Gérson Machado ao Gaeco ontem pela manhã | RICARDO PEREIRA / BANDNEWS

18 mandados de busca e apreensão na casa dos policiais, de comerciantes de ferro-velho, e em três repartições públicas: a DCCP (Divisão de Crimes Contra o Patrimônio), a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e o 6º Distrito Policial.

“A finalidade era obter documentos, dinheiro, computadores e agendas que possam fornecer mais elementos dessa corrupção existente e ligada a esse setor na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos”, contou Battisti.

Segundo do Gaeco, na casa do delegado Oliveira foram encontrados US\$ 98 mil em dinheiro, que ele

“Nós consideramos que há indícios fortes de corrupção.”

LEONIR BATTISTI, COORDENADOR DO GAECO

diz ter conseguido em jogos de cassino.

Atualmente, Gérson Machado é titular do 6º Distrito Policial, Luiz Carlos de Oliveira é responsável pela Divisão de Crimes contra o Patrimônio e o investigador Aleardo Riguetto também trabalha no 6º distrito. Até o começo da noite de ontem, eles foram ouvidos pelo Gaeco e continuaram presos.

Defesa

O delegado Gérson Machado foi o único a falar com os jornalistas. Ele negou as acusações e disse que foi “perseguido”, após tentar prender um homem que ele afirma ser “o maior receptador de veículos furtados e roubados de Curitiba e região metropolitana.”

Em nota divulgada no ano passado, ele contou que foi chamado ao DCCP pelo delegado Luiz Carlos. “Ele veio com um pedido relacionado a ‘lojas de autopeças’, e eu disse que não iria atender por ser contra os meus princípios.”

04 ABR 2013

METRO

Evangélico. Ex-chefe da UTI continua em liberdade

Por determinação da 2ª Vara do Júri de Curitiba, a médica Virgínia Soares de Souza, suspeita de antecipar a morte de pacientes na UTI Geral do Hospital Evangélico, vai continuar solta.

O juiz Daniel Surdi de Avelar não acatou o recurso para nova prisão contra a médica, feito pelo Ministério Público do Paraná.

O advogado dela, Elias Mattar Assad, disse que o juiz "agiu de maneira téc-

nica porque não há motivos para o aprisionamento e sequer prova da existência de fato criminoso."

Virgínia foi presa no dia 19 de fevereiro e conseguiu ser solta no dia 20 de março, depois de ter a prisão revogada.

O Ministério Público afirmou que até o final da tarde de ontem não havia sido notificado da decisão, mas que o caso ainda está na fase de recurso.

IAP. Três diretores são afastados por corrupção

Uma investigação da Sesp (Secretaria da Segurança Pública do Paraná) resultou no afastamento de três funcionários do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), na região sudoeste do Estado, ontem.

Eles são acusados pelo crime de corrupção passiva majorada, por cobrança de propina para a liberação de licenças ambientais.

Os cargos ocupados eram de chefia em Francisco Beltrão e Pato Branco. "Nos próximos dias, outras pessoas serão ouvidas

pela polícia. A apuração indicou que funcionava um esquema milionário", conta o delegado da Polícia Civil de Pato Branco, Rômulo Contin Ventrella, que é o responsável pela investigação.

A Polícia Civil solicitou a prisão dos três funcionários, mas o juiz da comarca, Eduardo Saoro, indeferiu o pedido.

Outras pessoas podem estar envolvidas no esquema. O juiz decretou sigilo no inquérito.

TJ. Casamento gay passa na Justiça

O Corregedor de Justiça do Paraná, desembargador Eugênio Achille Grandinetti, publicou ontem uma instrução normativa para que todos os juízes do Estado aceitem o casamento gay. "É para evitar situações conflitantes", disse, lembrando que já há jurisprudência nacional sobre o assunto.

04 ABR 2013

METRO

PEC Criação de Tribunal no Paraná é aprovada

Os deputados federais aprovaram ontem, em segundo turno, a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 544/02, que cria quatro TRFs, (Tribunais Regionais Federais) no Brasil. O texto foi aprovado por 371 votos a 54 e 6 abstenções.

Os novos TRFs serão construídos em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador e Manaus. Segundo a justificativa da proposta, os tribunais servirão para desafogar a Justiça Federal, que hoje tem dificuldades para julgar os processos em andamento.

Antes da votação de ontem, o deputado José Genoíno (PT-SP), defendeu o retorno da PEC ao Senado, o que atrasaria a votação. A proposta, no entanto, foi rejeitada pelo o presidente interino da Câmara, deputado Andre Vargas (PT-PR).

04 ABR 2013

METRO

Tudo Aqui tem o prazo ampliado

Licitação. Abertura de propostas será adiada para 'sanar dúvidas', diz secretário

O governo do Estado decidiu, ontem, aumentar os prazos da licitação do projeto Tudo Aqui Paraná, que irá firmar uma PPP (Parceria Público Privada) para a construção de nove centros de serviços públicos de atendimento ao cidadão no Estado.

A abertura das propostas da licitação iria acontecer no dia 25 de abril - data que, segundo o secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, pode ser adiada por até um mês. "Queremos sanar todas as dúvidas que apareçam. O projeto não será cancelado, está no plano de governo", afirmou.

O projeto gerou polêmica porque a empresa que fez os estudos para implantar o programa é uma das únicas a oferecer o serviço no Brasil. "Que eu tenha conhecimento são duas ou três", disse Taniguchi. "Na lei das licitações, quem faz o projeto não poderia concorrer, mas com PPPs não há essa proibição", lembra.

Taniguchi lembrou ainda que o governo do Estado não pagará nada pelos estudos de viabilidade. "Caso a empresa não ganhe a licitação, a concorrente será quem vai ter que ressarcir esse valor", disse.

R\$ 134

milhões é o valor que o governo gastaria a mais para construir os nove centros, em relação à iniciativa privada, de acordo com o estudo de viabilidade.

Serviços

Pelo projeto, três centros de cerca de 3 mil metros quadrados serão construídos em Curitiba - nas proximidades da Praça Rui Barbosa, Terminal do Boqueirão e do Pinheirinho. Eles seriam muito maiores, por exemplo, que as Ruas da Cidadania, explica o secretário. "Pensamos em colocar nelas, mas não haveria espaço. São estruturas que lembram um pouco os shoppings centers, com ar condicionado e toda estrutura para atendimentos".

Cada unidade oferecerá no mínimo 85 serviços. Para colocar todos os Tudo Aqui em funcionamento, será necessário contratar 1,4 mil funcionários.



Em concessão de 25 anos, Paraná gastará R\$ 3 bilhões | RODRIGO FÉLIX LEAL / M

No mesmo lugar

Veja exemplos de serviços que serão oferecidos

- Emissão de Carteira do Trabalho
- Carteira de Motorista e outros serviços do Detran
- Passaportes, com a Polícia Federal

• Título Eleitoral, com o Tribunal Regional Eleitoral

• Emissão de Carteira de Identidade

• Procon

• Atestados de antecedentes criminais

04 ABR 2013

METRO

Juiz aceita denúncia contra 8 envolvidos em incêndio na boate Kiss

Cautela. O titular da 1ª Vara Criminal da cidade de Santa Maria, Ulysses Louzada, afirma, entretanto, que ainda é cedo para falar em júri popular dos acusados

O juiz titular da 1ª Vara Criminal de Santa Maria, Ulysses Louzada, aceitou ontem a denúncia do Ministério Público contra oito envolvidos no incêndio da boate Kiss. Eles agora passam a figurar como réus no processo criminal.

O magistrado também concluiu que o juízo competente para análise do fato é a Vara do Tribunal do Júri de Santa Maria, já que quatro deles estão denunciados por homicídio doloso (quando se assume o risco de matar). Este é o grande objetivo dos promotores de Justiça, que prometem concentrar todos os esforços para que os responsáveis pela maior tragédia do



Rio Grande do Sul sejam julgados pelos moradores de Santa Maria. Para o promotor David Medina, não importa quantas manobras a defesa utilizar, a promotoria brigará para manter a questão junto à comunidade.

Até que isso ocorra, contudo, alguns passos no processo terão que ser dados. E Louzada faz questão de enfatizar que tudo correrá a seu tempo, inclusive a decisão dos réus enfrentarem um júri popular ou não.

“Embora o rito seja do júri não significa que o processo vai a júri, porque ao final, abrem-se quatro caminhos: a pronúncia, que é o endereçamento ao júri; mas a impronúncia; a absolvição sumária; e até mesmo a desclassificação, que parece ser uma das teses da defesa. Então não posso dizer ainda que vai a júri”, disse o juiz.

Para a associação que reúne as famílias das vítimas, este foi o primeiro passo na busca de Justiça pelos 241 jovens mortos na tragédia.